



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

**Violência no Namoro:
Crenças sobre violência e *Empowerment* em
Estudantes Universitários**

(Versão Final após Defesa Pública)

Soraia Regina da Costa Oliveira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Marta Alves

Covilhã, Junho de 2016

Agradecimentos

Englobo nos meus agradecimentos todos os que pela sua importância na minha vida tornaram a conclusão de mais esta etapa. Agradeço primeiramente à UBI especialmente ao Departamento de Psicologia e a todos os seus professores, pelo ensino, pelo apoio e pela forma prestável como conhecem e acompanham cada um dos seus alunos. Obrigado pelo vosso profissionalismo, todas as aprendizagens foram marcos, que decerto nos acompanharão ao longo da nossa vida como profissionais e nos ajudarão a ser cada dia melhores.

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Marta Alves, pelo seu empenho, profissionalismo, acompanhamento e apoio demonstrado. Obrigada por toda a ajuda e disponibilidade prestada, pela troca de conhecimentos e por me ajudar sempre a crescer.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a dar o meu melhor e sempre estiveram ao meu lado quando o melhor não parecia ser o suficiente. Obrigada por me apoiarem e acompanharem nesta importante etapa da minha vida que, mesmo distantes estavam sempre presentes. O alcance desta etapa apenas foi possível graças ao vosso investimento no meu percurso académico e pessoal e ao amor e apoio que sempre me demonstraram durante todos estes anos.

À minha irmã, pois como tu não há igual e sem ti tudo perdia valor. Por estares sempre lá quando mais precisei, com os teus incentivos característicos e sempre com uma piada que fazia esquecer as dificuldades e por saber que, em qualquer parte, posso contar contigo.

A toda a minha família, por todo o apoio e incentivo demonstrados durante a realização deste trabalho. O meu obrigada pela vossa presença mesmo na distância.

A todos os meus amigos que nunca me deixaram desanimar e estiveram sempre ao meu lado na concretização deste projeto. Por toda a vossa ajuda no mais pequeno dos pormenores, e por toda a força que me deram e, acima de tudo, pela paciência. Fizeram desta caminhada uma caminhada muito mais rica e satisfatória.

Resumo

O estudo da problemática da violência nas relações de namoro revela-se essencial, na medida em que as investigações já efetuadas apontam para uma prevalência significativa desta violência entre os jovens e adolescentes bem como a existência de consequências graves quer para a vítima quer para o(a) agressor(a).

Os principais objetivos desta investigação prenderam-se, com a validação da Escala de *Empowerment* para a temática da violência no namoro e para uma população com estas características, pela validação da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal para verificar de que forma o modelo desta escala se ajusta a esta investigação, uma vez que se trata de uma escala já muito utilizada em estudos nesta área e, por fim, avaliar se o *Empowerment* é preditor das Crenças sobre Violência nos estudantes universitários. No estudo participaram 442 jovens universitários de três instituições do país (Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Instituto Politécnico da Guarda). Para a obtenção dos dados foi construído um breve questionário sociodemográfico, para permitir uma caracterização dos participantes em questão, e utilizada a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal, assim como a escala de *Empowerment*.

Os resultados conseguidos permitem-nos concluir que as validações de ambas escalas obtiveram resultados satisfatórios, o que fornece mais resultados para futuras investigações. Estes resultados permitiram ainda verificar as dimensões de *Empowerment* têm efeito preditor em pelo menos uma das diferentes dimensões das Crenças sobre Violência.

Apesar destes resultados serem satisfatórios revela-se importante o desenvolvimento de novas investigações dentro desta temática e, sobretudo, estudos que procurem corroborar os resultados obtidos.

Palavras-chave

Namoro, violência, crenças, *Empowerment*

Abstract

The study of dating violence is demonstrating to be essential, because researches has been indicating that the incidence of this violence is significant as well as the existence of negative consequences for both victim and aggressor.

The main goals of this investigation were the validation of *Empowerment* scale for the issue of dating violence and for a population with these characteristics, the validation of the Escala de Crenças sobre Violência Conjugal to verify how the model of this scale adjusts this investigation, since it is already a scale widely used in studies in this area and, finally, judge whether *Empowerment* is a predictor of Violence Beliefs in college students. In the study participated 442 university students from three institutions of the country (Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Instituto Politécnico da Guarda). To obtain the data was built a short sociodemographic questionnaire to allow the characterization of the participants in question and used the Escala de Crenças sobre Violência Conjugal, as well as the *Empowerment* scale.

The obtained results allow us to conclude that the validations of both scales had satisfactory outcomes, which provides new results for future research. These results also allowed us to verify if the dimensions of *Empowerment* have a predictor effect on at least one of the different dimensions of beliefs about violence.

Although these results are satisfactory it proves to be important the development of new investigations onto this subject and, above all, studies attempting to corroborate the results obtained.

Keywords

Dating, violence, beliefs, *Empowerment*

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Revisão da Literatura	3
1.1. Violência	3
1.1.1. Definição de Violência	3
1.1.2. Tipos de Violência	4
1.1.3. Ciclo de Violência	5
1.2. Violência no Namoro	6
1.2.1. Definição e caracterização	6
1.2.2. Prevalência da violência no namoro	10
1.2.3. Teorias Explicativas da Violência no namoro	13
1.2.4. Crenças sobre a violência no namoro	15
1.3. <i>Empowerment</i>	17
1.3.1. Definição	17
1.3.2. Tipos de <i>Empowerment</i>	19
1.4. O <i>Empowerment</i> e a violência	21
Capítulo II - Estudo Empírico	25
2.1. Apresentação do estudo	25
2.2. Método	25
2.2.1. Participantes	25
2.2.2. Instrumentos	26
2.2.3. Procedimentos de recolha de dados	28
2.2.4. Análise Estatística	29
2.3. Resultados	30
2.4. Discussão dos resultados	48
Capítulo III - Contributos e Limitações	53
3.1. Contributos	53
3.2. Limitações e sugestões para próximas investigações	53
Bibliografia	55
Anexos	67

Lista de Figuras

Figura 1 - Estrutura fatorial da ECVC: Solução estandardizada, onde os valores relativos aos erros de medição correspondem às proporções de variância explicada.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos participantes

Tabela 2 - Itens da Escala de *Empowerment* (ES-P): Pontuações fatoriais e comunalidades dos itens - Análise fatorial realizada através do método da máxima verosimilhança (N=442)

Tabela 3 - Valores do *alpha* de Cronbach obtidos para cada fator

Tabela 4 - Comparação dos valores do *alpha* de Cronbach entre o estudo original e esta investigação

Tabela 5 - Itens da ECVC e respectivos pesos fatoriais obtidos pelos autores (Machado et al., 2006)

Tabela 6 - Índices de ajustamento obtidos na análise fatorial confirmatória

Tabela 7 - Matriz de correlações entre as variáveis do estudo (N=442)

Tabela 8 - Coeficientes de regressão e estatísticas do Modelo 1 e Modelo 1 Reajustado da variável Legitimação e banalização da pequena violência

Tabela 9 - Coeficientes de regressão e estatísticas do Modelo 2 e Modelo 2 Reajustado da variável Legitimação da violência pela conduta da mulher

Tabela 10 - Coeficientes de regressão e estatísticas do Modelo 3 e Modelo 3 Reajustado da variável Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas

Tabela 11 - Coeficientes de regressão e estatísticas do Modelo 4 e do Modelo 4 Reajustado da variável Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar

Introdução

A presente dissertação de mestrado propõe-se estudar a violência nas relações de namoro, mais especificamente, a relação existente entre o *Empowerment* e as Crenças sobre Violência. A escolha deste tema prende-se com o facto de se tratar de uma temática atual e que está cada vez mais presente na nossa sociedade.

Antigamente a violência nas relações íntimas era um fenómeno que se associava ao casamento, contudo, hoje em dia este fenómeno cada vez mais se demonstra nas relações de namoro. Este tipo de violência tem sido reconhecida nas últimas décadas como um problema social preocupante, uma vez que a escolha do parceiro é uma das decisões mais importantes que se faz ao longo da vida. Por vezes, a escolha realizada nem sempre é a mais acertada, tratando-se de relacionamentos amorosos, é necessário estar atento para não estabelecer um relacionamento com uma pessoa que se possa revelar violenta durante o processo de namoro.

O estudo do comportamento violento nas relações de namoro é de grande importância, não só pela sua prevalência alarmante e resultantes consequências na saúde física e mental das vítimas, mas também porque ocorre numa fase da vida em que as relações românticas se iniciam. Por isso cada vez mais se tem verificado uma expansão dos estudos relacionados com este tema, principalmente nas duas últimas décadas (Caridade, 2008). A violência entre pessoas ligadas por laços de intimidade não é um fenómeno recente (Caridade & Machado, 2006), porém durante muito tempo foi considerada uma vivência normal no seio das relações. Contudo, atualmente existe uma maior sensibilidade e intolerância relativamente a estes comportamentos violentos o que faz com que a sua existência seja mais publicitada e evidenciada, facilitando a identificação e intervenção neste tipo de situações (Dias, 2004).

O tema do *Empowerment* vem ganhando relevância académica e social nas últimas décadas, passando a fazer parte de campos do conhecimento mais diversos e procura, sobretudo, tornar as pessoas conscientes do seu “poder”, para que possam influenciar as suas vidas. O movimento de *Empowerment* é consequência de uma evolução nas conceções de autonomia e responsabilidade dos indivíduos, e de uma maior consciência dos mecanismos de discriminação e exclusão que se geram na sociedade.

Vivenciar a experiência de violência abala os mecanismos de adaptação existentes, desafiando as pessoas a procurarem novas respostas face à situação de violência em que se encontram, sendo que as estratégias utilizadas para promover o *Empowerment* têm como principal objetivo fortalecer a autoestima e a capacidade de adaptação ao meio e desenvolver mecanismos de autoajuda e solidariedade. O *Empowerment* constitui assim uma ferramenta útil para as pessoas em situação de violência, devido às inúmeras formas em que estas tendem a perder o controlo.

Apesar de se tratarem de temáticas bastante atuais e pertinentes, a violência e o *Empowerment* têm sido pouco explorados em conjunto, pelo que estudos relacionados com

estes constructos são sempre uma mais-valia na medida em que servem para conhecer melhor esta realidade e, assim, adotar medidas de prevenção e intervenção mais adequadas. Deste modo, o estudo apresentado focaliza-se no paradigma de *Empowerment* em pessoas a vivenciar situações de violência.

A pertinência deste estudo deve-se ao facto da temática em questão, consistir numa abordagem emergente, a qual carece de mais informação e investigação.

O presente estudo está organizado em três capítulos que se desdobram em subsecções. O primeiro refere-se ao enquadramento teórico, onde é feita a revisão da literatura existente acerca da *Violência*, da *Violência no Namoro*, do *Empowerment* e, por fim, um tópico referente à relação entre o *Empowerment* e a violência. Neste ponto aborda-se a *Violência*, os Tipos de *Violência*, o Ciclo de *Violência*, a Definição e caracterização da violência no namoro, a Prevalência da violência no namoro, as Teorias explicativas da violência no namoro, as crenças sobre violência no namoro, a definição de *Empowerment* e os Tipos de *Empowerment*. O segundo capítulo refere-se ao Estudo Empírico, onde é feita uma apresentação do estudo, o método, onde se incluem os participantes, os instrumentos, os procedimentos de recolha de dados e a análise estatística, são também apresentados os resultados obtidos e uma discussão acerca desses resultados e a concordância com a literatura existente. No terceiro e último capítulo são apresentados os principais contributos, efetuando-se o balanço da análise dos resultados obtidos assim como algumas limitações e sugestões para futuras investigações.

Capítulo I - Revisão da Literatura

1.1. Violência

1.1.1. Definição de Violência

Atualmente podemos verificar que o fenômeno da violência tem assumido dimensões preocupantes, e sobre o qual recaem múltiplas análises (Neves, 2003). Apesar de a violência ser vista como um fenômeno comum a quase todas as sociedades, o conceito de violência não é universal, uma vez que este conceito tem uma pluralidade de significados, ou seja, possui diversas formas de expressão determinadas pela cultura, conceitos e valores utilizados por um povo.

O termo “violência”, do ponto de vista etimológico, deriva do latim *violentia*, que significa caráter bravo, força (Machado, 2010). Guillotte considera que os atos violentos devem ser compreendidos na relação com outros fenômenos que os acompanham, isto é, não se pode descurar o contexto social, económico e cultural onde os indivíduos se inserem (Galego, 2004). Assim, podemos considerar a violência como um fenômeno de grande abrangência e complexidade em que os conceitos de condutas aceitáveis e não aceitáveis são influenciados pela cultura e sujeito a uma constante transformação (Ventura, Frederico-Ferreira & Magalhães, 2013). De acordo com Costa e Duarte (2000), violência é um ato que acarreta consequências emocionais, causando dor, mal e sofrimento a um ser humano. Isto significa todo e qualquer ato que implique o recurso à força contra seres humanos, com o intuito de os atingir na sua integridade física e/ou psicológica. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002), a violência pode ser definida como a ameaça ou a prática do uso intencional de força física ou poder contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, que implica risco de lesão, morte, dano psicológico, privação ou prejuízos ao desenvolvimento. Anderson e Bushman (2002) acrescentam que a violência como agressão tem como objetivo o dano extremo (e.g., morte), considerando que toda a violência é agressão, mas muitas situações de agressão não são violentas.

Como é possível constatar e, embora não seja grande a variação, são muitas as definições de violência que podemos encontrar na literatura. Entre elas destaca-se a definição de Oliveira e Manita (2003) uma vez que garante consenso, especialmente pela amplitude de comportamentos abarcáveis - “*uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiro ou de toda a forma de ação intencional que, de qualquer modo, lese os direitos e as necessidades dessa pessoa*” (Ribeiro & Sani, 2008).

1.1.2. Tipos de Violência

Tal como não existe apenas uma definição para o conceito de violência, também não existe apenas um tipo de violência. No que refere aos tipos de violência, a OMS (2002) propõe, no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, uma tipologia da violência que subdivide a definição geral em três categorias amplas, considerando a relação que se estabelece entre a vítima e o perpetrador, sendo elas: violência auto-dirigida, violência interpessoal e violência coletiva. A violência auto-dirigida é subdividida entre comportamento suicida e auto-abusivo, sendo que o perpetrador e a vítima são o mesmo indivíduo. Relativamente à violência interpessoal esta encontra-se também dividida em duas subcategorias: família e violência por parceiro íntimo, isto é, violência levada a cabo principalmente entre membros da família e parceiros íntimos que, geralmente, ocorre em casa; violência comunitária, ou seja, violência entre indivíduos que não estão relacionados, e que podem ou não se conhecer uns aos outros, esta geralmente ocorre fora de casa. O primeiro grupo inclui as formas de violência tais como abuso infantil, violência conjugal e abuso de idosos; o segundo grupo inclui violência da juventude, atos aleatórios de violência, violação ou agressão sexual por desconhecidos e violência em contextos institucionais, como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos. Por fim, a violência coletiva pode ser subdividida em violência social, política e económica sendo, geralmente, utilizada por membros de um grupo contra outro grupo ou comunidade, podendo ter vários motivos. A violência coletiva que está empenhada em fazer avançar uma agenda social particular inclui, por exemplo, crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas e violência da multidão. A violência política inclui a guerra e conflitos violentos relacionados, violência do estado e atos similares. Violência económica inclui ataques de grandes grupos motivados pelo ganho económico.

Relacionamentos violentos e pouco saudáveis podem apresentar-se de várias maneiras sendo que, neste contexto, a violência se traduz em situações complexas que envolvem diferentes acontecimentos. Assim, e perante todas as classificações encontradas, é possível ainda organizar a violência tendo em conta a natureza dos atos violentos e as dimensões que são afetadas. Desta forma, podem distinguir-se os seguintes tipos de violência que podem, ou não, ser exercidas em simultâneo: a violência física, a violência psicológica e a violência sexual.

A violência física consiste no uso da força física com o objetivo de ferir/causar dano físico ou orgânico, deixando ou não marcas evidentes, sendo que estes comportamentos podem ir desde formas menos severas de violência física até formas extremamente severas, das quais resultam lesões graves, incapacidade permanente ou até mesmo a morte (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009). Assim, a violência física pode traduzir-se em comportamentos como: empurrar, puxar o cabelo, bofetadas, murros, pontapés, apertar o pescoço, ser ameaçado com uma arma, entre outros (Theriot, 2008). O dano físico traduz-se pela presença de hematomas, queimaduras, fraturas ou lesões internas (Lourenço & Carvalho, 2001).

A violência psicológica, por seu lado, é um tipo de violência que não deixa marcas corporais visíveis, mas, emocionalmente, pode provocar danos para o resto da vida da vítima o que a leva a ser tão ou ainda mais prejudicial que a violência física. Este tipo de violência é caracterizado por comportamentos de rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito, punições exageradas, isolamento, culpabilização, castigos ou ameaças de abandono, gritos, insultos, crueldade mental, referências preconceituosas a determinadas condições da vítima (APAV, 1998; Theriot, 2008). Este tipo de violência é, muitas vezes negligenciado, uma vez que vem mascarado pelos ciúmes, controlo, humilhações e ofensas, contudo tem efeitos bastante nocivos para a autoestima e autoconfiança da vítima (Jouriles, Platt & McDonald, 2009). Apesar de este tipo de abuso ser difícil de diagnosticar e provar, as suas consequências são bastante graves. A gravidade dos abusos varia consoante o grau de violência exercida sobre a vítima sendo que, normalmente, associado a este tipo de abuso estão combinados outros (Lourenço & Carvalho, 2001).

De acordo com Manita et al. (2009), a violência sexual é toda a forma de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima, recorrendo a ameaças e coação, ou, muitas vezes, à força física para obrigar. A violência sexual traduz-se em comportamentos como: violação, pressionar ou tentar que o(a) companheiro(a) mantenha relações sexuais desprotegidas, exposição a práticas sexuais com terceiros, forçar a vítima a manter contactos sexuais com terceiros e exposição forçada a pornografia. No entanto, a violência sexual não significa a existência de contacto físico, podendo traduzir-se em assédio, atos sexuais de relevo ou discriminação sexual. A utilização da coação psicológica e do poder é, em muitos casos, uma estratégia a que o agressor recorre para confundir a vítima (APAV, 1998).

1.1.3. Ciclo de Violência

Uma vez que a violência é um fenómeno cada vez mais recorrente, revela-se importante referir o ciclo de violência conjugal que, para além de ser comum a vários tipos de violência, pode ajudar a compreender melhor o envolvimento numa relação de violência assim como a sua continuação.

O ciclo da violência é composto por três fases distintas: a fase de acumulação de tensão, a fase do ataque violento e a fase de apaziguamento ou de “lua-de-mel”. Assim, na primeira fase - *acumulação de tensão* - a vítima, apesar de sofrer agressões por parte do cônjuge/companheiro (que se intensificam com o decorrer do tempo), nega a si própria a raiva que sente ao ser injustamente agredida e procura encontrar uma justificação para as agressões perpetradas. Na segunda fase - *ataque violento* - o agressor descarrega toda a tensão acumulada durante a primeira fase na vítima através de ataques físicos e/ou psicológicos, vendo-a apenas como um objeto. A vítima “aceita” a violência sem contestar uma vez que não vê outra possibilidade de resposta. Na terceira fase - apaziguamento ou “*lua-de-mel*” - após a agressão, o agressor pede desculpa por todos os atos violentos que cometeu, mostrando-se profundamente arrependido, ocorrendo neste momento uma reconciliação entre o casal.

Todavia, com o aumento da frequência e intensidade das agressões, existe a tendência para esta fase se extinguir. Estas fases formam um ciclo, sucedendo-se umas às outras vezes sem conta (Lemos, 2008, cit. in Machado, 2010).

1.2. Violência no Namoro

1.2.1. Definição e caracterização

Existem diferentes definições do que é o namoro, mas, muitas partilham pontos em comum. De modo geral o namoro pode ser visto como uma relação diádica que envolve interação social e realização de atividades em conjunto com uma intenção, explícita ou não, de continuar a relação até que uma das partes termine ou até que seja estabelecida uma relação de maior compromisso (por exemplo, casamento) (Straus, 2004). Segundo Duarte e Lima (2006), o namoro pode ser definido como sendo uma relação romântica entre duas pessoas solteiras que se sentem mutuamente atraídas um pelo outro. Bertoldo e Barbará (2006) acrescentam que o namoro é caracterizado especialmente pela estabilidade da associação entre duas pessoas, que é inversamente relacionado com a probabilidade de uma pessoa deixar a relação.

Ainda assim, o namoro tanto pode ser uma relação saudável como pode ser uma relação prejudicial (neste último caso quando está presente a violência). Segundo a opinião de alguns jovens, para uma relação de namoro ser saudável, parecem existir alguns fatores determinantes, como é o caso da existência de crenças, valores e interesses em comum no casal, investimento emocional, respeito e comunicação, confiança, honestidade, proximidade física e emocional, atração, diversão, entre outros. Do mesmo modo, numa relação negativa existem alguns fatores influenciadores de situações de violência como o álcool, problemas familiares, infidelidade, a pressão dos pares por não aceitarem o novo elemento do casal, a dependência do outro, um/a namorado/a controlador/a, possessivo/a ou ciumento/a (Toscano, 2007).

Um fator que pode ter influência nas relações de namoro é o conflito, uma vez que este é inerente a todas as relações humanas, sejam elas de amor, amizade ou profissionais. O estudo do conflito no contexto das relações próximas justifica-se pelas diversas formas como esta dimensão da existência humana nos afeta como indivíduos, mas também como parceiros relacionais e intervenientes em redes sociais. Revela-se assim como um fenómeno desafiante e fascinante que, apesar de já vir a ser estudado extensivamente, carece de uma maior atenção, particularmente quando falamos de relações românticas (Cupach, 2000).

Fisher (1990) caracteriza o conflito como uma incompatibilidade de objetivos e/ou valores entre dois ou mais elementos numa relação entre os quais são frequentes tentativas de controlo. Também nos casais é muito comum e até natural a existência de situações de conflito e desacordo entre os parceiros. Deutsch e Coleman (2000) referem que, dada a diversidade

individual entre as pessoas, a não existência de conflito poderia também significar a inexistência de uma interação significativa. Desta forma, os autores consideram que o conflito, por si só, não é necessariamente negativo ou positivo, sendo a forma como cada elemento lida com ele que o vai tornar mais ou menos adaptativo no contexto da relação. Assim, e apesar do conflito provocar uma perturbação na relação ou até mesmo acelerar a desintegração da mesma, pode também proporcionar uma oportunidade para definir novos papéis, melhorar a comunicação e fortalecer os laços afetivos (Tuval & Shulman, 2006). O conflito deve assim ser encarado como necessário numa relação romântica, uma vez que obriga a uma contínua negociação entre crenças, objetivos e valores do casal (Esere, 2003, cit. in Fernandes, 2010). Ainda que inerente às relações, o conflito está associado à insatisfação conjugal e, quando em níveis elevados, está também associado a níveis mais baixos de autoestima e de satisfação com a vida (Symoens, Colman & Bracke, 2014). No que respeita aos principais temas que estão na origem do conflito conjugal, de entre as variáveis temáticas abordadas pela literatura, destacam-se como motivos do conflito conjugal questões relacionadas com dinheiro (Papp, Cummings & Goeke-Morey, 2009), com as tarefas domésticas, amigos, familiares, filhos, comunicação e/ou sexo e intimidade (Dennison, Koemer & Segrin, 2014).

A tentativa de resolver os conflitos remete para o conceito de estratégias de resolução de conflitos, comportamentos, diante das situações conflituosas, por meio dos quais se procura, antecipadamente, solucionar o problema. As estratégias possuem duas características fundamentais: a) definição clara da área de conflito sobre a qual as respostas serão construídas, caso contrário, as estratégias serão inconclusas tanto quanto o problema; e b) desejo mútuo de investir na relação e na resolução dos conflitos (Leggett, Roberts-Pittman, Byczek & Morse, 2012; Schoebi, Karney & Bradbury, 2012). As pesquisas acerca do tema de conflitos conjugais têm focado tradicionalmente duas estratégias que os casais usualmente utilizam para lidar com as desavenças: interação construtiva e interação destrutiva (Boas, Dessen & Melchiori, 2010). A interação construtiva é caracterizada por manifestações de comportamentos que refletem compromisso, negociação, cooperação e tentativas ativas de resolução de conflito. Demonstrações de apoio e afeição verbal e/ou física, pedidos de desculpas, disponibilidade para ceder de humor, empatia, escuta ativa, sintonia com os sentimentos do outro, expressão de conhecimento e validação da perspectiva do/a parceiro/a e disposição para conversar sobre o conflito são alguns exemplos de interações construtivas (McCoy, Cummings & Davies, 2009; Paleari, Regalia & Fincham, 2010; Whitton, Waldinger, Schulz, Allen, Crowell & Hauser, 2011; Falcke, Wagner & Mosmann, 2013). Nas interações construtivas, a comunicação caracteriza-se por ser aberta e direta, na qual os interesses de ambos os cônjuges são levados em consideração (Boas et al., 2010; Fackle et al., 2013). Nas interações destrutivas, a comunicação caracteriza-se por ser aberta e direta, na qual os interesses de ambos os cônjuges são levados em consideração (McCoy et al., 2009; Whitton et al., 2011). As interações destrutivas implicam, portanto, uma postura de priorização do relacionamento, em detrimento dos aspetos individuais de cada cônjuge (Falcke et al., 2013). Parceiros que lidam com o conflito de forma construtiva, com uma comunicação mais positiva e com menos interações negativas, criam um

ambiente que permite altos níveis de revelações pessoais, essenciais para a intimidade. A utilização de estratégias construtivas de resolução de conflitos predizem, portanto, relações conjugais mais saudáveis (Paleari et al., 2010). A vivência saudável da conjugalidade envolve a capacidade de identificar e reconhecer as próprias necessidades e as necessidades do/a parceiro/a, a habilidade de negociação de diferenças, a capacidade de ceder e de assumir compromissos e a utilização de estratégias adequadas de resolução de conflitos (Diniz, 2011).

A interação destrutiva, por outro lado, caracteriza-se por estratégias de resolução baseadas na evitação do conflito, manipulação, ameaça, coerção, assim como na utilização de insultos, ou ataques dirigidos ao/à parceiro/a, nos quais estão contidas críticas e hostilidade (Boas et al., 2010; McCoy et al., 2009; Paleari et al., 2010). A agressão física, sexual e/ou psicológica é representativa desse tipo de interação (Falcke et al., 2013). As estratégias de resolução de conflitos destrutivas têm sido associadas a uma menor qualidade conjugal e maior número de divórcios (Gottman, 2014; Whitton et al., 2011). Estas estratégias levam a um aumento da insatisfação conjugal e o *stress* na relação (Paleari et al., 2010). A insatisfação nas relações, por sua vez, eleva em 35% as hipóteses de uma pessoa adoecer, podendo, até mesmo, encurtar o tempo de vida em cerca de quatro anos (Gottman & Silver, 2000). Os conflitos conjugais podem variar desde discordâncias facilmente solucionáveis, que causam apenas incômodo e irritação, até episódios de agressão e violência verbal, emocional ou física. A presença desse tipo de episódio pode comprometer a saúde mental e física das pessoas envolvidas (Benetti, 2006; Bolze, 2011; Gottman & Silver, 2000; Mosmann & Falcke, 2011). Assim, de entre os padrões de resolução de conflitos destrutivos estão presentes as diferentes formas de violência conjugal. De facto, a presença de violência pode ser entendida como a expressão máxima de disfuncionalidade entre o casal (Falcke et al., 2013).

Apesar da existência de formas eficazes de resolver os conflitos o facto de muitas vezes, as estratégias utilizadas não serem mais eficazes pode, de certo modo, contribuir para a evolução drástica da violência no namoro nos últimos anos. Durante cerca de duas décadas, a investigação científica sobre o tema da violência nas relações de intimidade começou por privilegiar o casamento enquanto objeto de estudo, negligenciando-se outros contextos relacionais, como as relações de namoro e ocasionais ou até mesmo as relações homossexuais (Caridade & Machado, 2012). Mas, de facto, a violência no namoro é um problema significativo de saúde pública e social que ocorre ao nível mundial e traz graves consequências para a saúde física e psicológica dos afetados (Mars & Valdez, 2007). De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2011), a violência nas relações íntimas não é um fenómeno exclusivo das relações entre adultos, sendo que, estudos nacionais e internacionais revelam que este também é um problema presente nos relacionamentos entre os mais jovens. Ainda que muitos jovens afirmem reprovar o recurso à violência, muitos aceitam-na durante o namoro uma vez que, frequentemente, são utilizadas táticas e formas mascaradas de exercer poder e controlo que podem ser totalmente impercetíveis. Muitas vezes exprimem-se sob a forma de preocupação com o relacionamento e com o bem-estar do/a parceiro/a e são, muitas vezes, confundidas com manifestações de amor.

No passado, a violência no namoro era concetualizada como envolvendo somente a força física. No entanto, atualmente ela é vista como o abuso contínuo que vai desde a violência verbal e emocional até à violação ou homicídio (Caridade & Machado, 2006). A literatura descreve, em geral, a violência no namoro como um fenómeno que envolve as mesmas dinâmicas da violência marital e que partilha alguns dos seus fatores de risco, como por exemplo, presença de violência na família, isolamento social e o funcionamento familiar disfuncional (Kaura & Allen, 2003).

Segundo a APAV (2011), a violência no namoro pode ser caracterizada por qualquer ato de violência, pontual ou contínua, cometida por um dos parceiros (ou por ambos) numa relação de proximidade e intimidade, com o objetivo de controlar e/ou magoar, dominar e ter mais poder. Do mesmo modo, Health Canada (1995, cit. in Gómez, Delgado & Gómez, 2014) define a violência no namoro como sendo todo o ataque intencional de tipo sexual, físico ou psicológico, de um membro do casal contra o outro numa relação integrada por jovens ou adolescentes. Os termos violência no namoro, violência doméstica e violência conjugal são frequentemente utilizados com significados próximos uma vez que todos englobam atos de violência física, psicológica e sexual, cometidos por pessoas do outro ou do mesmo sexo, com quem a vítima manteve ou mantém uma relação, com ou sem coabitação (Ventura et al., 2013). Para além disto, estas dinâmicas de violência partilham entre si o mesmo ciclo de violência.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2011) refere que podem ocorrer diferentes tipos de violência dentro das relações de namoro, nomeadamente a violência psicológica, verbal, sexual, relacional e física. Os comportamentos psicologicamente violentos, estes referem-se à utilização da comunicação verbal e não-verbal a fim de causar sofrimento psicológico e/ou medo ao outro. Relativamente aos comportamentos verbalmente violentos caracterizam-se pela utilização da comunicação verbal com o propósito de ferir e/ou causar dano psicológico ao outro. No que refere aos comportamentos sexualmente violentos destaca-se a intimidação, ameaça e/ou força física a fim de forçar o outro a interagir sexualmente sem o seu consentimento. Em relação aos comportamentos relacionalmente violentos caracterizam-se pela intenção do/a parceiro/a em impossibilitar o contacto com as pessoas mais próximas e significativas da rede social, diminuindo assim a qualidade e quantidade das relações sociais com o objetivo de causar dor e/ou sofrimento psicológico. Por fim, a violência física pode ser entendida pelo uso intencional da ameaça, da intimidação e/ou da força física com o objetivo de causar dor e/ou sofrimento físico e/ou psicológico.

Nas relações de namoro, é frequente que a violência física seja a última forma de violência a surgir. Muitas vezes a violência psicológica e sexual são precedentes da violência física sendo, portanto, indicadores de que esta poderá surgir. É também comum que os envolvidos no relacionamento não considerem a violência sexual e psicológica como formas de agressão, aceitando-as como normativas do relacionamento amoroso (Aldrighi, 2004). Neste sentido, as formas de violência mais utilizadas são, tendencialmente, de um grau de severidade mais baixo (independentemente do tipo de violência) onde são mais frequentes os insultos, gritos, empurrões e ser-se agarrado. Apenas uma pequena parte das vítimas se encontra sujeita

a graus severos de violência, como por exemplo, ser queimada ou empurrada contra uma parede (Kaura & Lohman, 2007). A literatura diz-nos ainda que os adolescentes podem experienciar, em simultâneo, diversas formas de abuso nas relações de namoro isto porque, os atos físicos e sexualmente abusivos podem ser acompanhados por agressões verbais, envolvendo sempre alguma forma de violência psicológica (Caridade & Machado, 2006).

Nos últimos tempos, vários estudos têm revelado que a violência no namoro é um acontecimento que ocorre de forma habitual e frequente, desconstruindo assim a ideia de que se trata de um fenómeno escasso e que apenas acontece quando as pessoas estão casadas. Esta violência é muitas vezes vista como um preditor da violência conjugal (Caridade & Machado, 2008).

1.2.2. Prevalência da violência no namoro

A violência nas relações de intimidade só se constituiu um problema social a partir da década de 60, tendo sido objeto de forte e crescente atenção social e científica ao nível internacional e, também em Portugal, foi possível verificar uma maior consciencialização sobre a gravidade e dimensão desta problemática, sobretudo a partir do início da década de 90 (Caridade & Machado, 2006).

Fazendo uma análise retrospectiva, é possível verificar que, num primeiro momento, a investigação sobre esta temática foi desenvolvida quase exclusivamente no âmbito da violência marital e só mais recentemente se dedicou ao estudo da violência nas relações juvenis, referenciada internacionalmente como “*dating violence*” (Ventura et al., 2013). As investigações realizadas nos últimos anos têm demonstrado que a violência no namoro é um fenómeno frequente e habitual, não se tratando apenas de um problema social, mas também de um problema de saúde pública devido aos efeitos crónicos na saúde da vítima (Caridade & Machado, 2006).

Em 1981, James Makepeace levou a cabo um estudo pioneiro na área da violência na intimidade juvenil, tendo assim divulgado os primeiros dados empíricos sobre a violência no namoro, onde se verificou que um em cada cinco estudantes universitários experienciaram ou perpetraram um ou mais atos de agressão físicas suas relações amorosas. Cerca de 61% da amostra revelou conhecer jovens com experiências de namoro abusivas. Desde então a violência no namoro assumiu de forma progressiva destaque na investigação científica internacional (Caridade & Machado, 2012). Numa investigação realizada por Gover, Kaukinen e Fox (2008), com uma amostra de 2500 estudantes universitários, verificou-se que as mulheres relatam com mais frequência a perpetração de violência física nas relações de namoro sendo, também, mais propensas a relatar a vitimação. Um estudo desenvolvido no ano de 2000 por Berry indica que 20% a 30% dos jovens envolvidos em relações de namoro experienciam violência, sendo que, dados provenientes de estudos mais recentes sugerem que a violência sofrida e/ou praticada por adolescentes poderá situar-se entre os 13% e os 42% (e.g., Luthra & Gidycz, 2006; Perry & Fromuth, 2005). Uma revisão da produção científica internacional nesta área encontrou taxas

de prevalência (ofensores e vítimas) que poderão ir desde os 12,1% (Henton, Cate, Roval, Lloyd & Christopher, 1983, cit. in Caridade & Machado, 2013) até aos 72,4% (Aldrighi, 2004). A violência parental emerge como um forte preditor da violência no namoro, ou seja, a violência vivida por ambos os sexos parece estar relacionada com níveis mais elevados de violência no namoro. Numa investigação mais recente (Miller, 2011) composta por 1530 estudantes universitários com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, foi possível constatar que um em cada quatro estudantes universitários estavam envolvidos em relações de namoro violentas, tendo experienciado pelo menos um ato abusivo.

A nível nacional, investigações realizadas com estudantes universitários comprovam a existência de uma percentagem significativa de comportamentos violentos nas relações de namoro, quer em termos de perpetração como de vitimização. Em 2004, Paiva e Figueiredo desenvolveram uma investigação sobre a problemática do abuso no relacionamento íntimo em 318 jovens adultos portugueses cujos resultados demonstram que a violência psicológica é a mais reportada (entre 53,8% e 50,8%); o segundo tipo de abuso mais prevalente é a coerção sexual (entre 18,9% e 25,6%). Com menos frequência, surge o abuso físico sem sequelas (entre 16,7% e 15,4%), sendo o abuso físico com sequelas o menos prevalente entre todos os tipos de abuso (3,8%) contra o/a seu/a parceiro/a íntimo/a. Neste estudo verificou-se que, nas relações de namoro, a perpetração e a vitimização estão significativamente associadas, sendo o exercício da violência uma realidade comum aos dois elementos da relação. As formas de abuso ligeiras sobrepõem-se muitas vezes às formas mais severas e à presença de ambos os tipos de severidade (Paiva & Figueiredo, 2004). Uma revisão de vinte estudos desenvolvida por Sugarman e Hotaling (1991, cit. in Caridade & Machado, 2006) arbitra que cerca de 28% dos homens e mulheres, em algum momento das suas vidas, terão estado ou estarem envolvidos numa relação de namoro que envolve atos de violência, sendo que a ocorrência destes atos abusivos é mais provável em relações mais duradouras e em que existe coabitação. Machado, Matos e Moreira (2003) conduziram uma investigação com uma amostra de 526 estudantes universitários em que os resultados demonstraram que 15,5% dos jovens envolvidos em relações amorosas já teriam sido vítimas de, pelo menos, um ato abusivo e 21,7% da amostra admitiram ter adotado atos abusivos em relação aos seus parceiros íntimos. Ainda neste estudo é possível verificar que os atos mais recebidos/perpetrados pelos jovens são, aparentemente, as formas menos graves de violência, como gritar ou ameaçar com a intenção de meter medo; partir ou danificar objetos intencionalmente e dar uma bofetada; insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou ferir. Num estudo pioneiro no contexto português levado a cabo por Machado, Caridade e Martins (2010), cuja amostra foi constituída por 4667 jovens de diferentes níveis de formação (estudantes do ensino secundário, universitário e profissional) e jovens que abandonaram a escolaridade, oriundos de diferentes áreas geográficas, cujas idades variavam entre os 13 e os 29 anos. Os resultados obtidos permitiram verificar que 19,5% dos jovens inquiridos sofreram de violência emocional, 13,4% de violência física e 6,7% de agressões mais severas. No que respeita aos agressores (30,6%), observou-se que 22,4% admitiram ter recorrido à violência emocional, 18,1% à violência física e 7,3% a agressões mais severas. Numa

investigação desenvolvida em 2004 por Aldrighi, com uma amostra constituída por 455 casais de jovens estudantes universitários, verificou-se que há uma grande incidência de abuso físico, sendo a mulher a maior vítima deste tipo de agressão. Contudo, foi possível constatar percentagens significativas de agressão perpetrada por ambos, agressões praticadas somente pelo homem (13,2%) e somente pela mulher (14,5%). Salienta-se que 72,4% dos inquiridos mencionaram atos de agressão mútua. A nível nacional, as evidências empíricas corroboram estes dados. Assim, alguns estudos realizados com estudantes universitários demonstram que uma percentagem significativa de estudantes adota condutas violentas no contexto das suas relações de namoro (e.g., Caridade & Machado, 2006; Machado et al., 2003; Paiva & Figueiredo, 2004).

A violência não parece ser perpetrada exclusivamente por homens, no entanto existe uma tendência para o sexo masculino manifestar violência mais severa em comparação com o sexo feminino que apresenta atos abusivos menores. Um ponto a salientar é o facto de se desconhecer a percentagem de agressões que ocorrem por autodefesa (Machado et al., 2010). Caridade, Machado e Vaz (2007), afirmam que os rapazes apresentam comportamentos mais agressivos de natureza física, como é o caso de sovas, murros e pontapés. Por outro lado, outras investigações sugerem que os abusos referidos como menores (e.g., insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou ferir o/a parceiro/a) parecem prevalecer à violência mais severa (e.g., dar pontapés ou cabeçadas) (Machado et al., 2003; Machado et al., 2010; Paiva & Figueiredo, 2004). Deste modo, também Molidor e Folman's (1998, cit. in Caridade & Machado, 2006) afirmaram não parecer existir diferenças de género no que respeita à perpetração de comportamentos violentos, ainda que as raparigas tendam a experiênciar níveis mais elevados de violência severa e apresentem reações emocionais e mais acentuadas que os rapazes.

Ao longo do tempo, a investigação tem vindo a comprovar que é frequente existir uma desvalorização e minimização por parte das vítimas e por parte do agressor, no que diz respeito à ocorrência de situações abusivas. Segundo Miller (2011) o tipo de comportamento abusivo utilizado pelo agressor jovem tende a ser atribuído pelas vítimas a comportamentos passageiros que não identificam como condutas violentas, o que agrava a situação e as impede de as denunciar (Ullmann-Margalit & Sunstein, 2002; Colman & Widom, 2004). Existem ainda evidências de que os jovens e adolescentes têm tendência a culpabilizar as vítimas pela ocorrência de situações abusivas, o que tem provocado uma normalização da violência, e não uma responsabilização do agressor (Caridade, 2011). Neste sentido, tanto os agressores como as vítimas tendem a desvalorizar e legitimar as condutas abusivas (Machado et al., 2003), sugerindo assim que esta minimização dos atos pode contribuir para um processo de escalada "camuflada" que, algumas vezes, termina com a morte da vítima. Deste modo, no que diz respeito às raparigas, estas apresentam uma tendência para confundir o ciúme com o amor, encarando por vezes os atos de violência como algo normativo numa relação.

Assim, é possível concluir que desde há muito tempo que os jovens se vêm envolvidos em relações violentas, sendo este um fenómeno que ocorre a nível mundial. Independentemente da cultura, etnia ou estatuto socioeconómico, verifica-se que a violência

na intimidade tem vindo a aumentar com o decorrer do tempo, ocorrendo uma desvalorização e uma certa normalização de algumas condutas violentas. Tendo por base estas conclusões, torna-se cada vez mais pertinente o estudo das relações de intimidade dos adolescentes, de forma a se poder intervir junto desta população e desta problemática, no sentido de prevenir futuras situações de violência no namoro, assim como a progressão destes casos para situações de violência conjugal.

1.2.3. Teorias Explicativas da Violência no Namoro

Tal como acontece em outras áreas, também no que diz respeito à violência nas relações de namoro surgem diferentes abordagens que tentam explicar esta problemática. De seguida serão apresentadas algumas teorias que procuram explicar este fenómeno, sendo estas as mais recorrentes na literatura e sobre as quais recai um maior consenso.

i- Teoria da aprendizagem social

De acordo com a teoria da aprendizagem social de Bandura os modelos parentais violentos contribuem significativamente para a interiorização, por parte das crianças, de valores ideológicos e sociais que legitimam a violência; os indivíduos aprendem como interagir com os parceiros sociais, observando e modelando as ações de outros significativos (Colman & Widom, 2004; Gelles, 1997, cit. in Matos, Machado, Caridade & Silva, 2006).

A família surge como um elemento de socialização primário no qual a criança aprende os papéis desempenhados pelas figuras modelo sendo que, se neste ambiente existirem episódios recorrentes de violência, estes serão absorvidos pela criança através da modelagem de comportamentos (Luthra & Gidycz, 2003). Segundo Kalmuss (1984, cit. in Sani, 2003), testemunhar atos de violência durante a infância constitui um dos fatores de risco de agressão marital mais significativos. As manifestações comportamentais não têm necessariamente de ser concordantes com os que são observados, podendo assim o sujeito replicar comportamentos idênticos ou adotar comportamentos distintos. Os comportamentos socialmente aprendidos no seio familiar são com frequência produzidos pelos adolescentes nos espaços extrafamiliares configurando-se muitas das vezes em atitudes de violência ou permissividade, nomeadamente nas relações de intimidade que estabelecem. Assim, segundo a teoria da aprendizagem social, os comportamentos do agressor e os comportamentos da vítima são o resultado dos comportamentos observados e aprendidos no seio familiar (Banyard, Arnold & Smith, 2000).

A literatura demonstra que existe uma relação entre a exposição à violência na família de origem e a violência no namoro (Delsol & Margolin, 2004). Assim, estudos demonstram que as crianças maltratadas na infância têm tendência para apresentar modelos relacionais inseguros na idade adulta e são com frequência vítimas ou perpetradores de violência nas suas relações interpessoais com pessoas significativas (Shaver & Hazan, 1993, cit. in Paiva & Figueiredo, 2003). Do mesmo modo, a observação de consequências positivas da agressão leva a um aumento da probabilidade do comportamento ser imitado no futuro, ou seja, quanto mais

a a criança se identificar com o agressor e com as consequências positivas dos seus atos, mais será a probabilidade da criança exibir o mesmo comportamento quando jovem e/ou adulto (Delsol & Margolin, 2004).

Contudo, crescer num lar onde prevalece a violência não pré-determina comportamentos posteriores, nomeadamente de violência nas relações íntimas (Kaufman & Zigler, 1987 cit. in Rosen, Bartle-Haring & Stith, 2001). Importa referir que a resposta das crianças às diferentes situações com que se deparam diferem entre si, uma vez que é necessário ter em conta outras variáveis. Deste modo, as reações que resultam da observação de situações de violência interparental variam consoante as características individuais das crianças, uma vez que são criadas diferentes representações e são atribuídos diferentes significados inerentes ao carácter idiossincrático de cada um (Sani, 2003).

ii. Teorias Feministas

As abordagens feministas inserem-se nas perspetivas socioculturais, onde são reveladas as condições políticas, sociais e culturais que vigoram em determinados períodos históricos. À luz desta teoria, a violência é vista como uma manifestação de estruturas prevaletentes de dominação masculina e subserviência feminina, acreditando-se que esta desigualdade pode conduzir a comportamentos violentos nas relações de namoro (Eagly & Steffen, 1986; Shorey, Cornelius & Bell, 2008).

Esta teoria aparece quase sempre associada ao advento dos movimentos feministas, não considerando que a violência contra as mulheres seja uma questão de diferença de géneros, mas antes uma tentativa de manutenção do controlo coercivo pelo homem sobre a mulher (Jones & Schechter, 1992 cit. in Neves, 2008). Focaliza a sua abordagem na desigualdade de género na ordem social e nos seus componentes culturais e estruturais, considerando que nas relações de namoro a violência de género acaba por constituir uma expressão interpessoal do género da desigualdade social (Collins & Carmody, 2011; Dias, 2004). Assim, as desigualdades sociais, económicas e políticas estruturais existentes entre homens e mulheres, as noções de virilidade ligadas ao domínio e à honra masculina, a diferenciação rígida de papéis, são fatores que podem levar à ocorrência de violência (Matos et al., 2006; APAV, 2010). Segundo Matos (2000), as teorias feministas revelam a necessidade de concetualizar o papel da mulher na sociedade atual, como em outros microsistemas como a família, visando a desejada igualdade entre sexos. A crença cultural de que a violência é uma forma eficaz de disciplina, leva a uma multiplicação dos atos abusivos, dos quais as vítimas são, usualmente o “elo mais fraco”.

A procura de uma justiça social que desafiasse os modelos existentes esteve na base das teorias feministas, a luta pela emancipação das mulheres num contexto desfavorável desde o nascimento levou a que o sexo feminino procurasse desenvolver novas trajetórias de vida, longe da subjugação defendida pela ordem social (Neves & Nogueira, 2004).

Deste modo, a teoria feminista constitui um modelo explicativo da violência relevante para o panorama atual. Apesar do grande enfoque desta abordagem se centrar na perspetiva da vítima, através dela é possível analisar o contributo dos estereótipos sociais para uma melhor

compreensão do fenômeno, assim como a possibilidade de estudar questões relativas ao poder, fundamentais na intervenção com vítimas de violência.

iii. Teoria da vinculação

Esta teoria foca-se na emergência e desenvolvimento dos “modelos internos dinâmicos” e no papel que estes modelos desempenham nas relações interpessoais estabelecidas pelos sujeitos ao longo do ciclo de vida (Paiva & Figueiredo, 2003). O foco da investigação acerca da teoria da vinculação recai particularmente sobre os indivíduos com história de cuidados inadequados e tem vindo a evidenciar como experiências adversas podem resultar em padrões de vinculação inseguros que vão interferir com a qualidade dos relacionamentos do indivíduo até à idade adulta (Figueiredo, Fernandes, Matos & Maia, 2002, cit. in Paiva & Figueiredo, 2003).

Estudos empíricos desenvolvidos no âmbito desta teoria mostram que crianças maltratadas durante a infância apresentam com frequência modelos representacionais “inseguros” na idade adulta (Alexander, 1993; Crittenden, Patridges & Clausen, 1991). Mostram ainda que indivíduos com modelos representacionais “inseguros” na idade adulta têm mais dificuldade nos relacionamentos íntimos e são com mais frequência vítimas ou perpetradores de atos violentos nas relações interpessoais com pessoas significativas (Wekerle & Wolfe, 1998). Assim, os maus tratos sofridos durante a infância podem determinar dificuldades no relacionamento íntimo na idade adulta porque levam a que o indivíduo construa padrões inseguros de vinculação (Wekerle & Wolfe, 1998).

Atendendo à história relacional dos indivíduos, é de salientar que quando as experiências precoces são negativas, como no caso de maus tratos infantis, são suscetíveis de ocorrer efeitos adversos, que podem não ser exclusivos da infância, mas estender-se a todo o ciclo de vida (Figueiredo, 1998a; Figueiredo, 1998b).

1.2.4. Crenças sobre a violência no namoro

As crenças desenvolvem-se através da interação com o meio durante a infância, através da interação com pessoas significativas e com um conjunto de acontecimentos que comprovam uma ideia inicial (Mendes & Cláudio, 2010). Assim, uma crença pode ser definida como um pensamento, sentimento ou uma predisposição para acreditar que algo é verdadeiro, sendo que estas influenciam a nossa perceção e avaliação da informação proveniente do ambiente (Hakli, 2006).

As perceções dos adolescentes acerca da prevalência da violência no namoro e as suas próprias experiências de abuso podem moldar as suas crenças em relação à violência no namoro, considerando-a como normativa, e influenciar negativamente as perceções sobre relacionamentos saudáveis (Wingood, DiClemente, McCree, Harrington & Davies, 2001). As crenças que legitimam a violência nas relações amorosas podem ser vistas como formas estereotipadas que geram a problemática, negando-a ou justificando-a (Matos, 2000). Este tipo

de “crenças aumenta o risco de responsabilização da vítima pelas ocorrências, privatizam o problema dos maus-tratos, negam a gravidade dos maus-tratos, promovem a desculpabilização do agressor, banalizam a experiência da vítima, não reconhecem a sua dimensão criminal e podem conduzir a posturas de não denúncia e de não intervenção” (Matos et al., 2006, p. 69).

A violência é vista de forma diferente entre o sexo feminino e o sexo masculino, sendo que nas raparigas surge como uma forma de intimidação e para os rapazes a violência é utilizada, muitas vezes, como resposta a “provocações” do sexo oposto (Caridade & Machado, 2006). Ainda neste sentido, Caridade (2008) e Machado et al. (2003) confirmam a existência desta discrepância entre os sexos relativamente às crenças sendo que, aparentemente, os homens apresentam valores superiores de aceitação e/ou tolerância e legitimam mais a violência do que as mulheres, especialmente a violência menos grave. Estes tendem a considerar a violência como aceitável dependendo da situação e justificando-a pelos comportamentos da mulher, sendo que acham mais importante preservar a privacidade familiar, admitindo ainda que a violência pode ser atribuída a situações externas que não pode controlar como a existência de situações de pobreza e de dependência de álcool.

Tem-se verificado que os jovens que registam maior adesão às crenças legitimadoras de violência íntima têm maior probabilidade de se envolverem em relações abusivas, quer como vítimas, quer como agressores (Matos et al., 2006). Em semelhança, Saavedra e Machado (2012) afirmam que a existência de crenças erradas acerca da violência tende a promover a culpabilização da vítima, a desresponsabilização do agressor e funcionam como importantes preditores do envolvimento em relacionamentos abusivos. É possível observar que os jovens que namoram muitas vezes possuem a crença de que o outro é uma posse destes e que por isso têm direito sobre o outro. Este direito acaba por servir como justificação para o controle sobre o parceiro, nomeadamente as roupas que veste, locais que frequenta e as pessoas com quem contacta. Os atos de violência surgem quando o desejo de controlo é impedido (Nascimento, 2009). É possível verificar também a tendência dos jovens para confundir ciúme com amor, acabando por considerar a violência como um ato de revolta justificável pelo ciúme (Caridade & Machado, 2006). A APAV (2012) é determinante ao afirmar que a violência nunca é a forma de manifestar amor ou paixão por outra pessoa, assim como os ciúmes não servem como justificação para a prática de comportamentos violentos.

Um estudo levado a cabo por Ventura et al. (2013) demonstra que a maioria dos jovens inquiridos (68,9%) discorda das crenças legitimadoras de violência, no entanto verificam-se também respostas de concordância (11,8%). De forma a desculpabilizar o agressor, os inquiridos justificam as condutas violentas com causas externas (e.g., álcool e desemprego). Um estudo desenvolvido anteriormente por Machado (2010) verificou também estes resultados, sendo que foram assinaladas outras crenças comuns entre os jovens como: para que uma pessoa magoe alguém tem de existir um motivo e a violência está relacionada com o poder de exercer controlo. Verificou-se também que os sujeitos masculinos apresentam mais crenças erróneas relativamente à violência interpessoal.

A existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a legitimação da violência e o comportamento violento é uma tendência que se verifica em outros estudos: alunos do sexo masculino aceitam mais a crença de que a violência nas relações íntimas pode ser justificada, no entanto desaprovam as condutas violentas (Ventura et al., 2013). Ainda que os jovens afirmem desaprovam a violência, os estudos mostram taxas de prevalência superiores aos casais maritais (Caridade & Machado, 2013). Assim, é possível constatar que a violência considerada menos severa é minimizada no contexto das relações íntimas (Caridade & Machado, 2006).

A família acaba por desempenhar um papel preponderante na interiorização de valores que legitimam a utilização da agressividade, no sentido em que pode funcionar como a entidade que viabiliza os comportamentos violentos (Gover et al., 2008; Matos et al., 2006; Oliveira & Sani, 2009). Um estudo desenvolvido por Lichter e McCloskey (2004) verificou que jovens expostos à violência conjugal enquanto crianças apresentavam maior probabilidade de desenvolver atitudes condescendentes relativamente ao uso da violência como meio de resolução dos conflitos. Verificou-se também que jovens que apresentam crenças de que o marido deveria ter uma posição de dominância perante a esposa, perpetuam e mantêm mais frequentemente a violência num namoro do que os jovens com crenças menos tradicionais dos papéis familiares. O poder económico masculino, o isolamento social da mulher e os padrões culturais resultam na valorização da submissão e da castidade do sexo feminino, desempenhando assim um papel importante na promoção da violência (Caridade & Machado, 2013).

Em suma, podemos concluir que as crenças pessoais podem conduzir à desvalorização da necessidade de modificação dos comportamentos violentos por parte do agressor e simultaneamente à permanência das vítimas na relação, desvalorizando assim o ato da violência. Deste modo, torna-se pertinente conhecer as crenças existentes relativamente à violência no namoro o que vai permitir uma melhor compreensão das reações dos sujeitos envolvidos nesta problemática, bem como do enquadramento cultural em que se inserem (Machado, Matos & Gonçalves, 2006).

1.3. Empowerment

1.3.1. Definição

O conceito de *empowerment* remonta à década de 1960, nos Estados Unidos, tendo sido importante enquanto objetivo unificador dos movimentos civis (Trickett, 1994), e desempenhado também um papel relevante nos estudos na área da intervenção social e comunitária preventiva no final da década de 1970 (Kieffer, 1984).

O sentido original do termo *empowerment* foi definido por Rappaport (1987), ao afirmar que é “um processo ou um mecanismo através do qual as pessoas, as organizações e as

comunidades podem assumir o controlo sobre suas próprias vidas”. De acordo com Rappaport (1987), o *empowerment* comunitário consiste em identificar, facilitar ou criar contextos em que as pessoas isoladas ou silenciadas possam ser compreendidas, ter uma voz e influência sobre as decisões que lhes dizem diretamente respeito ou que de algum modo, afetem a sua vida. Outros autores contribuíram para a definição de *empowerment*, apresentando algum consenso acerca da ideia de aumento do controlo individual e da participação comunitária. Kiefer (1984) definia-o como sendo o processo de desenvolvimento individual continuado e de longo prazo, em termos de competências individuais e de competências de participação social. Mais recentemente, Maton (2008) definiu *empowerment* como sendo se tratando de um processo participativo de desenvolvimento através do qual indivíduos ou grupos marginalizados ou oprimidos obtêm maior controlo sobre as suas vidas e sobre o meio ambiente, adquirem recursos valorizados e direitos fundamentais, atingem metas de vida importantes e reduzem a marginalização social. Ainda outro contributo em termos de esclarecimento do conceito de *empowerment* é fornecido pelo Grupo de *Empowerment* da Universidade de Cornell, ao definir *empowerment* como:

“um processo intencional e continuado, que envolve o respeito mútuo, a reflexão crítica, a participação em grupos e, através destes, as pessoas que não possuem uma porção equitativa dos recursos disponíveis podem aumentar a sua acessibilidade e controlo sobre esses mesmos recursos” (Cornell University *Empowerment* Group, 1989, cit. in Ornelas, 2008, p.47).

De facto, apesar de o *empowerment* ser um conceito usado em muitas disciplinas, tais como ciência política, bem-estar social, estudos das mulheres, educação, saúde e gestão, a psicologia comunitária é uma disciplina onde a literatura sobre *empowerment* tem sido especialmente frequente (Hur, 2006). Nesta perspetiva, este processo de *empowerment* seria um mecanismo através do qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam consciência da sua capacidade e competência para produzir e criar, além de se tornarem gestoras das suas próprias vidas. Rappaport (1981, 1987) sugere que este processo se dá, tanto por uma determinação individual da autonomia com a própria vida, como por uma participação democrática na vida da comunidade. O autor demonstra que o *empowerment*, na Psicologia Comunitária, deve centrar-se num pensamento que encoraje a diversidade e, a partir desta diversidade, as pessoas poderão beneficiar de uma maior oportunidade de controlo sobre as suas próprias vidas e recursos.

O *empowerment* é reconhecido como sendo um processo e um resultado que pode ocorrer a nível individual, organizacional e comunitário (Rappaport, 1984; Zimmerman, 1995, Ornelas, 2008), e que varia ente contextos ao longo do tempo (Rappaport, 1987). Assim, o *empowerment* enquanto processo refere-se à forma como os indivíduos, as organizações e as comunidades adquirem *empowerment* e caracteriza-se por proporcionar aos indivíduos oportunidades para controlarem o seu próprio destino e influenciarem as decisões que afetam as suas vidas (Zimmerman, 1995). A nível individual, o *empowerment* é o processo através do

qual os indivíduos ganham controlo sobre as suas vidas e a participação democrática nas suas comunidades (Rappaport, 1987). Já a nível organizacional, refere-se à existência de oportunidades de participação na tomada de decisão, pela partilha de responsabilidades e pela partilha de liderança, enquanto a nível comunitário o *empowerment* diz respeito à ação coletiva para a melhoria da qualidade de vida da comunidade (Perkins & Zimmerman, 1995, cit. in Ornelas, 2008).

O *empowerment* enquanto resultado diz respeito às consequências desse processo (Zimmerman, 1995). A nível individual pode traduzir-se num sentimento de controlo, consciência crítica e comportamentos de participação. A nível organizacional na competição eficaz por recursos, no trabalho em rede com outras organizações e na influência política. Por fim, a nível comunitário pode ser visível através de parcerias organizacionais, de liderança pluralista e de competências de participação dos residentes (Zimmerman, 2000).

Existem dois tipos de *empowerment*, sendo eles o *empowerment* psicológico e o *empowerment* estrutural, contudo neste trabalho irei apenas explorar com mais detalhe o *empowerment* psicológico, uma vez que o *empowerment* estrutural se encontra mais relacionado com o contexto organizacional. Todavia, importa referir que o *empowerment* estrutural engloba elementos que podem facilitar o *empowerment* psicológico, culminando em resultados positivos no local de trabalho como a satisfação no trabalho, o aumento da perceção de respeito e de comprometimento, o aumento da inovação, a redução do *burnout* (DeCicco, Laschinger & Kerr, 2006; Laschinger, Finegan, Shamian & Wilk, 2003; Laschinger & Leiter, 2006; Knol & van Linge, 2009) e uma maior autonomia, eficácia e produtividade organizacional (Laschinger, Finegan, Shamian & Wilk, 2001; Spreitzer, 2008; Spreitzer & Doneson, 2005, cit. in Stewart, McNulty, Griffin & Fitzpatrick, 2010).

1.3.2. Tipos de *Empowerment*

Empowerment psicológico

O *empowerment* psicológico diz respeito ao *empowerment* que acontece a nível individual, tendo em conta influências ecológicas e culturais, e não a um fenómeno intrapsíquico ou a um traço de personalidade (Zimmerman, 1990, 1995). Pode ser definido como o processo ativo de participação para atingir recursos ou competências necessárias para aumentar o controlo sobre a própria vida e alcançar objetivos de vida importantes (Maton & Salem, 1995). Assim e de acordo com Zimmerman (1995), o *empowerment* psicológico acaba por compreender a perceção das pessoas acerca das suas competências, bem como o seu envolvimento ativo nas comunidades, enquanto processo através do qual as pessoas aprendem a fazer a correspondência entre os seus objetivos e os meios necessários para os alcançar (Zimmerman, 1995). Fetterman e Wandersman (2004) reconhecem o *empowerment* como um processo que possibilita a aquisição de controlo do seu próprio ambiente físico, psicológico, emocional, social e/ou cultural.

Um importante contributo para a teoria do *empowerment* foi dado por Zimmerman (1995, 2000), que definiu o *empowerment* psicológico como sendo um constructo multidimensional com três componentes: *intrapessoal*, *interacional* e *comportamental*. O componente intrapessoal refere-se ao modo como as pessoas pensam acerca de si mesmas e inclui o controlo percebido e a autoeficácia, a motivação para o controlo, a competência percebida e o domínio. A componente interacional diz respeito à compreensão do ambiente sociopolítico, ou seja, à capacidade de analisar e compreender a situação política e social da comunidade. O componente comportamental é relativo às ações tomadas para influenciar diretamente os resultados, ou seja, aos esforços para exercer controlo, com a participação na tomada de decisão e na resolução de problemas (Zimmerman, 1995; Stang & Mittelmark, 2010).

Como sugere Zimmerman (1995), estes três componentes de *empowerment* psicológico emergem de indivíduos que acreditam que têm capacidades para influenciar um determinado contexto (intrapessoal), compreendem como o sistema funciona naquele contexto (interacional) e realizam ações para exercer controlo no mesmo (comportamental).

A importância das relações na concetualização do *empowerment* psicológico foi realçada por Christens (2012). Tendo por base o pressuposto de que o *empowerment* é desenvolvido e exercido nas relações e através de relações, sugeriu a existência de um quarto componente do *empowerment* psicológico, o componente *relacional* ou *interpessoal*. Christens (2012) reporta-o aos aspetos psicológicos das relações interpessoais que sustentam o exercício efetivo do poder no domínio sociopolítico, nomeadamente à competência colaborativa, à unificação de divisões sociais, à facilitação do *empowerment* dos outros, à mobilização de redes e à passagem de legado.

De acordo com South e Woodall (2010), existe alguma evidência científica que aponta para a eficácia da utilização de estratégias de *empowerment* que levam a uma melhoria para a saúde das pessoas pertencentes a determinados grupos de risco, nomeadamente grupos específicos – como as vítimas de violência e abuso sexual. Os estudos sugerem que o *empowerment* psicológico pode, efetivamente, ter um impacto positivo na saúde e bem-estar destas populações, relativamente às seguintes cinco áreas-chave, tais como: *confiança*; *autoestima/autoeficácia*; *sentimento de comunidade*; *sentimento de controlo*, desenvolvimento de *mecanismos de recuperação* e, em alguns casos, incrementa o *conhecimento* e a *consciência*, levando à mudança de comportamentos e atitudes.

O *empowerment* é reconhecido como sendo um constructo complexo e aberto, que pode assumir diferentes formas e significados para diferentes pessoas, ou para a mesma pessoa em diferentes contextos, tempos e domínios (Zimmerman, 1995). Nenhum dos componentes do *empowerment* psicológico conduz necessariamente a outro, nem estão hierarquicamente ordenados, podendo ser encontrados em diferentes graus no mesmo indivíduo. Embora se espere que todos os componentes existam num grau elevado em pessoas altamente

empoderadas¹, a presença, em certo grau, de qualquer um dos componentes já sugere algum nível de *empowerment* psicológico (Zimmerman, 2000).

1.4. O *Empowerment* e a Violência

Se refletirmos acerca do caminho percorrido pelas vítimas de violência nas relações de intimidade até à superação do problema, percebemos que são várias as etapas por que passam, sendo que em cada uma delas aprendem novas formas de enfrentar o problema (Anderson & Saunders, 2003).

A primeira etapa consiste no *estabelecimento da relação* (Landenburger, 1989, cit. in Anderson & Saunders, 2003). Algumas vítimas apesar de se acharem competentes, sociáveis e auto-suficientes, acabam por desenvolver a crença de que se devem adequar às necessidades dos parceiros com o objetivo de que aquela relação tenha futuro. Muitas atitudes assumidas pela vítima de violência decorrem do receio do que os outros pensam, do medo de humilhação ou do fato de minimizarem ou negarem a extensão dos abusos (Mills, 1985, cit. in Anderson & Saunders, 2003).

Na segunda fase, a vítima procura gerir a violência exercida sobre ela, manifestando atitudes de tolerância e de resistência face à agressão (Landenburger, 1989, cit. in Anderson & Saunders, 2003). Num primeiro momento, as estratégias mais predominantemente utilizadas na gestão do problema são a negação, a minimização do abuso relativamente à sua extensão e frequência, as tentativas de minimização dos efeitos psicológicos desencadeados por este tipo de violência e a tentativa de perceber o que está errado com ela, procurando resolvê-lo. Também nesta fase estão presentes as desculpas por parte do agressor e as tentativas de reconciliação, que acabam por promover a esperança na mudança do companheiro. Ainda nesta fase, a vítima já admite que a violência constitui um problema, percebendo-se como vítima de um crime e que a solução para o mesmo envolve, obrigatoriamente, o confronto com o agressor.

Segue-se a terceira fase, na qual a vítima, após reconhecer o abuso como um problema, e, ao mesmo tempo que tenta contrariá-lo, dá mais importância às suas necessidades e começa a considerar as suas opções (Anderson & Saunders, 2003). Em simultâneo, a vítima apercebe-se que as suas tentativas de resolver o problema falharam e que o parceiro não vai mudar. Nesta fase, muitas vítimas começam a desenvolver mudanças, isto é, fazendo pequenas alterações que visam a redução dos maus tratos e dos seus efeitos; trata-se assim de uma etapa em que são dados sinais de as vítimas se encontrarem ativamente envolvidas na construção de alterações para cessar o abuso (Landenburger, 1989, cit. in Anderson & Saunders, 2003). De acordo com Merrit-Gray e Wuest (1995, cit. in Matos, 2006), à medida que a vítima pondera outras opções, começa a sentir um estado de libertação e, conseqüentemente, um processo de distanciamento face ao agressor.

¹ Neste trabalho, o conceito em língua portuguesa de empoderado/a é utilizado como tradução do conceito original, em língua inglesa, de *empowered*.

Na quarta e última etapa, fase de recuperação após o fim do abuso, a vítima procura, em primeiro lugar, manter-se segura, utilizando estratégias para se manter livre do abuso (Matos, 2006). Assim, e com esse propósito, a vítima envolve-se frequentemente em ações de auto-afirmação e de *empowerment* pessoal, procurando estabelecer limites ao agressor, bem como desenvolver competências de assertividade, iniciando novos projetos e desenvolvendo estratégias para adquirir controlo sobre a situação (Wuest & Merrit-Gray, 1999, cit. in Matos, 2006). De referir que, é por meio da qualificação, consciencialização e auto-reconhecimento da capacidade individual que se inicia o processo de *empowerment* pois, conforme Bourdieu (2007), a vítima precisa de se reconhecer como tal para se libertar da relação de abuso e assumir o controlo da sua vida. Assim, o *empowerment* das vítimas é encarado como um desafio, afetando a relação de domínio entre o agressor e a vítima, uma vez que procura assegurar a estas autonomia pessoal, sexual e opinativa, além de permitir o direito de ir e vir, tornando-as protagonistas das suas histórias (Costa, 2004).

O *empowerment*, com referência às mulheres que foram vítimas de violência, pode corresponder à ocasião para a mudança, sendo muito importante que as vítimas sejam capazes de reconhecer as restrições sociais a que estão submetidas e a necessidade de alterar esta situação através de mudanças, tanto em contextos individuais como em contextos mais amplos (Mosedale, 2005). Deste modo, o *empowerment* contribui, num primeiro momento, para o desenvolvimento de competências individuais por parte das vítimas, tais como o fortalecimento da sua identidade, o aumento da autoestima, da autonomia, da capacidade para a reorganização das atividades diárias e de trabalho, entre outros (Cortez & Souza, 2008). Num segundo momento, o *empowerment* torna-se determinante para o fortalecimento das mulheres e tem sido considerado como fator fundamental para o desenvolvimento da sociedade, na medida em que leva as vítimas em busca de uma redistribuição do poder a favor delas, procurando mudanças em estruturas sociais como a família, a religião, serviços e práticas de saúde, leis e códigos civis, entre outras, tendo havido transformações até em metas de governos e de agências internacionais de desenvolvimento (Hanada, D'Oliveira & Schraiber, 2008). Contudo, o *empowerment* não é um processo com começo bem delineado e não proporciona vivências iguais para todas as vítimas, já que é moldado por cada indivíduo de acordo com as suas experiências de vida e o contexto no qual está inserido. Esta perspetiva de *empowerment* sustenta também que não são vítimas por opção, mas que, se fornecido o apoio adequado, recursos e oportunidades, estas mulheres escolheriam uma vida livre de violência (Busch & Valentine, 2000 cit. in Russell & Light, 2006).

Assim, a abordagem centrada no *empowerment* é baseada na crença de que as vítimas de violência devem ter acesso à informação, educação e outros tipos de apoio social e económico necessários para ajudá-las na tomada de decisão de forma a melhor refletir os seus interesses e necessidades. Ao invés de tentar eliminar a violência, que não é controlada pelas vítimas, a abordagem de *empowerment* utiliza a disseminação do conhecimento, treino e aconselhamento para criar um conjunto de serviços que as vítimas controlem, como a assistência pós-vitimização e de minimização de riscos, ajudando-as ainda a desenvolver o

sentido de si (*sense of self*), ou identidade, longe dos agressores. Esta abordagem pode também ser estendida para as comunidades, permitindo-lhes tomar medidas que, em colaboração, possam contribuir para prevenir a violência e denunciar e tratar casos que ocorram, fornecendo recursos e ajudando, assim, a desenvolver um sentido de comunidade (Radday & Stanzler, 2011).

Capítulo II - Estudo Empírico

2.1. Apresentação do Estudo

O presente estudo emergiu com a necessidade de se compreender o fenómeno da violência no namoro que, apesar do crescente número de investigações, só muito recentemente é que tem sido alvo de atenção. No entanto, existiu uma necessidade de se efetuar algo concreto, que fosse além da caracterização geral deste fenómeno, procurando também analisar a relação existente entre este fenómeno e outras variáveis. Em simultâneo este estudo empírico ambicionou deixar algo que pudesse servir como guia para futuras investigações e intervenções, tornando o trabalho existente em Portugal nesta área cada vez mais vasto.

Foram, portanto, objetivos específicos deste estudo:

- i) Validação da Escala de *Empowerment* para a temática da violência no namoro e para uma população com estas características.
- ii) Validação da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal para verificar de que forma o modelo desta escala se ajusta a esta investigação, uma vez que se trata de uma escala já muito utilizada em estudos nesta área.
- iii) Avaliar se o *Empowerment* é preditor das Crenças sobre Violência nos estudantes universitários.

Esta investigação é de natureza descritiva, uma vez que nos fornece informação sobre a população em estudo. Este estudo é assim um estudo analítico na medida em que procura explicar os resultados tendo em consideração as relações estatísticas entre as diversas variáveis em estudo (Pais-Ribeiro, 2010). A investigação em questão enquadra-se num projeto mais amplo sobre violência, designado por *Projeto Violência 360º - Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações*.

2.2. Método

2.2.1. Participantes

Com o objetivo de descrever a amostra em estudo, recorreu-se a um conjunto de variáveis sociodemográficas e ainda variáveis relacionadas com as características da relação de namoro. Para este estudo os dados foram recolhidos junto da Universidade da Beira Interior, do Instituto Politécnico da Guarda e do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Assim, a amostra total desta investigação foi composta por 442 estudantes universitários com idades compreendidas entre os 17 e os 52 anos, dos quais 43,9% são homens e 56,1% são mulheres,

sendo a média de idades de 21,43 ($DP= 3,801$). No que diz respeito às relações interpessoais, 58,1% dos participantes tem neste momento um relacionamento íntimo, sendo que grande se encontra num namoro sem viverem juntos (71,0%), seguindo-se por namoro a viver juntos (15,3%). Os participantes foram ainda questionados se tinham algum tipo de acompanhamento psicológico, ao que 94,8% respondeu que não e 5,2% que sim. Pode ler-se na Tabela 1 a caracterização da amostra em termos sociodemográficos.

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica dos participantes

	N	(%)
Género		
Masculino	193	43.9
Feminino	247	56.1
Idade		
17-19	139	31.7
20-25	259	59.2
26-30	28	6.3
31-52	12	2.8
Relacionamento íntimo no presente		
Sim	248	58.1
Não	179	41.9
Natureza do relacionamento		
Sem compromisso	24	9.7
Namoro sem viver juntos	176	71.0
Namoro a viver juntos	38	15.3
Casamento	9	3.6
Tem algum tipo de acompanhamento psicológico		
Sim	21	5.2
Não	381	94.8

2.2.2. Instrumentos

No presente estudo foram utilizados quatro instrumentos para a recolha de dados junto dos participantes do estudo: um Questionário Sociodemográfico, a Escala de *Empowerment* (ES-P), e a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC).

- **Questionário Sociodemográfico**

Este questionário é constituído por um conjunto de itens relativos a características pessoais dos sujeitos como idade, género, instituição de ensino, local de residência, nível de escolaridade dos pais, envolvimento numa relação íntima atual ou passada, entre outros. O

questionário foi construído de forma a ser possível caracterizar a população em estudo, pretendendo-se obter informações específicas sobre os participantes.

- **Escala de *Empowerment* (ES-P)**

A Escala de *Empowerment* foi publicada pela primeira vez pelo Boston University Center for Psychiatric Rehabilitation, tendo sido criada por Rogers, Chamberlin, Ellison e Crean em 1997 e sendo também conhecida por *Decision Making Scale*. Em 2010 foi validada por Rogers, Ralph e Salzer, passando de 28 itens para uma versão mais reduzida de 25 itens. A Escala de *Empowerment* usada no presente estudo corresponde à versão portuguesa validada por Jorge-Monteiro e Ornelas (2014), constituída por 25 itens (Anexo 2). Esta escala foi selecionada para a presente investigação uma vez que os itens se encontram formulados de uma forma mais geral podendo, por isso, ser utilizada em diversos contextos e com diferentes populações. Assim, versão utilizada neste estudo integra 25 itens numa escala de tipo *Likert* de 4 pontos, variando de 1=*discordo totalmente* a 4=*concordo totalmente*. Uma pontuação alta obtida nos itens de um fator da Escala de *Empowerment* corresponde a uma pontuação alta desse mesmo fator (Jorge-Monteiro & Ornelas, 2014).

A escala integra as seguintes cinco dimensões: Autoestima e autoeficácia (Fator 1), Poder e ausência de poder (Fator 2), Ativismo comunitário e autonomia (Fator 3), Otimismo e controlo sobre o futuro (Fator 4), e Direito à indignação (Fator 5). Esta estrutura foi encontrada tanto para a escala original, validada num estudo com uma amostra de 1827 participantes, como no estudo de validação da escala para a população portuguesa numa amostra com 213 participantes.

Esta escala criada por Rogers et al. (1997) sugere três alicerces que caracterizam o *empowerment*. O primeiro engloba a autoestima e autoeficácia, bem como o otimismo e controlo sobre o futuro, que é constituído pelo sentido de valor e de crença de que uma pessoa controla o seu destino e a sua vida. O segundo apoio é o poder, que é caracterizado pela importância de as pessoas adquirirem poder de decisão e terem escolha a partir de um leque não limitado de opções. Os conceitos de indignação justificada e ativismo comunitário constituem o terceiro alicerce, que inclui os componentes sociopolíticos do *empowerment* (Rogers et al., 1997).

No estudo de validação da escala de *Empowerment* a consistência interna foi obtida através do cálculo do *alpha* de Cronbach que é de .76, ou seja, possui uma boa consistência interna (Peterson, 1994). Relativamente ao valor de *alpha* de Cronbach para cada fator os autores obtiveram os seguintes resultados: .87 para o fator 1, .56 para o fator 2, .72 para o fator 3, .52 para o fator 4 e, por fim, .55 para o fator 5.

- **Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)**

A escala de crenças sobre Violência Conjugal foi desenvolvida no ano de 2000, pelos autores Carla Machado, Marlene Matos e Miguel Gonçalves, com o objetivo de construir um instrumento adaptado à população portuguesa que permitisse avaliar as crenças relativas à

violência física e psicológica executada em contexto conjugal. Esta é administrada individualmente ou em grupo não havendo um limite de tempo para proceder ao seu término. A escala possui 25 itens que estão dispostos em quatro dimensões: Domínio da “Legitimação e Banalização da pequena violência” que tem como finalidade medir a pequena violência como bofetadas e insultos, domínio “Legitimação da violência pela conduta da mulher”, que avalia o desrespeito pela mulher, o domínio “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”, avaliando a violência num patamar familiar, pelos comportamentos e pelo social e, por último, o domínio “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”, que avalia a violência pelo apelo ao conceito de privacidade e pela necessidade de proteger as famílias das intrusões exteriores. Os itens que constituem a escala são cotados através de uma escala de tipo *Likert* em que 1=*discordo totalmente* e 5=*concordo totalmente*, sendo a pontuação final obtida através do somatório direto de todas as questões.

Na versão final a consistência interna é obtida através do *alpha de Cronbach* que é de .93, ou seja, possui um elevado grau de consistência interna (Machado et al., 2006). No estudo desenvolvido pelos autores, os quatro fatores obtidos explicam 56% da variância dos resultados. Assim, o primeiro fator obtido explicou 40.2% da variância comum, o segundo fator explica 7.1% da variância comum, o terceiro fator obtido explicou 4.4% da variância comum e, por fim, o quarto e último fator explicou 4.2% da variância comum.

2.2.3. Procedimentos de recolha de dados

O procedimento e a recolha de dados deste estudo empírico foram planeados e executados de acordo com diferentes fases, estabelecidas de forma a alcançar todas as necessidades exigidas num estudo deste género.

Após uma revisão da literatura existente acerca da temática em questão, foram pesquisados também possíveis instrumentos de forma a seleccionar os mais indicados para investigar a temática proposta. Durante o mesmo período, procedeu-se à construção do questionário sociodemográfico e do consentimento informado, assim como à redação e envio dos pedidos de autorização para a utilização dos instrumentos seleccionados aos autores dos mesmos (Anexo 1). Posteriormente foram efetuados os contactos com as Instituições de Ensino nas quais se pretendia efetuar a recolha de dados sendo estas a Universidade da Beira Interior (UBI), o Instituto Politécnico da Guarda (IPG) e o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). A recolha foi realizada nestas instituições permitindo assim a obtenção de uma amostra mais significativa da região da Beira Interior. Neste período foram ainda contactados os docentes para se acordar o horário a realizar as recolhas presenciais.

Uma vez que este estudo faz parte de um projeto mais geral comum a outras três colegas, alunas de Dissertação em Psicologia Clínica e da Saúde da UBI, decidiu-se fazer a junção de todas as escalas num único protocolo de modo a facilitar a recolha dos dados. Assim, a acompanhar os instrumentos de avaliação seguia o consentimento informado, contendo a

descrição das principais características do estudo e o pedido de participação no mesmo, o que resultou num protocolo um pouco extenso. Deste modo, optou-se pela aplicação dos protocolos em formato papel em todas as instituições, assim como de forma presencial na UBI com a autora desta dissertação, com o intuito de dar instruções e esclarecer dúvidas, procurando ainda prevenir o enviesamento dos dados. Os protocolos foram preenchidos em cerca de 30 minutos, de forma coletiva e em contexto sala de aula.

2.2.4. Análise Estatística

Uma vez já recolhidos todos os dados necessários, procedeu-se à análise estatística dos mesmos com vista à obtenção de resultados e sua interpretação. Para o tratamento de dados, foi construída a base de dados com recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS-23), tendo em consideração a natureza quantitativa dos mesmos.

Num primeiro momento, foi necessário organizar a base de dados. Assim, em primeiro lugar foi efetuada a análise das não-respostas (*missing-values analysis*), tendo sido eliminados os participantes que não responderam a um número de itens superior a 10% das escalas relativas às medidas do estudo (Hair, Black, Babin & Anderson, 2009). No final, depois de eliminados 79 casos, obteve-se uma amostra de 442 participantes. De seguida, foi realizada uma análise global dos dados para que fosse possível obter uma caracterização geral dos participantes, nomeadamente ao nível das características sociodemográficas.

A segunda fase de tratamento dos dados prendeu-se com a análise fatorial exploratória da Escala de *Empowerment*, com o objetivo de identificar a estrutura fatorial da medida na amostra de estudo, de forma a aferir a sua validade de constructo na população jovem universitária. Ainda nesta fase, foi realizada uma Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal de maneira a verificar a estrutura fatorial desta escala, assim como o ajustamento do modelo e, deste modo, apurar se esta escala se ajusta ao modelo desta investigação. Uma vez que esta escala é muitas vezes utilizada em investigações sobre esta temática, pretendeu-se verificar se nesta investigação a escala obteria os mesmos resultados, tendo sido utilizado para esta análise o programa SPSS-23 assim como o AMOS 23.0.

De modo a verificar se os dados da amostra apresentavam uma distribuição normal em relação às variáveis de estudo, esta análise foi realizada através da interpretação dos histogramas. Após esta análise foi possível verificar que as variáveis *Legitimação e banalização da pequena violência* e *Legitimação da violência pela conduta da mulher* não apresentam uma distribuição normal (cf. Anexo 3) contudo, e apesar deste facto, foram utilizados testes paramétricos uma vez que, de acordo com o Teorema do Limite Central, à medida que o “n” aumenta, a distribuição tende para uma distribuição normal. Para $n > 30$ a distribuição das médias amostrais pode ser aproximada satisfatoriamente por uma distribuição normal (Bock, 1975, cit. in Pituch, 2016) e, dado que a amostra presente contra com $n=442$, podemos concluir que esta segue uma distribuição normal. O teste da regressão múltipla não é afetado pela normalidade da distribuição uma vez que, segundo Cohen, Cohen, West e Aiken (2003),

violações da suposição de normalidade não levam a enviesamentos dos coeficientes de regressão, sendo que o efeito da violação da normalidade em testes de significância e intervalos de confiança depende do tamanho da amostra, com problemas que ocorrem em pequenas amostras. Em grandes amostras, a não normalidade não origina problemas na interpretação dos testes de significância ou intervalos de confiança.

2.3. Resultados

Análise Fatorial Exploratória da Escala de *Empowerment* (ES-P)

Procedeu-se à inversão dos itens que se encontravam formulados na negativa (itens: 3, 6, 7, 9, 14, 15, 19 e 20) para que todos os itens da escala estivessem redigidos na mesma direção.

Com o objetivo de obter um agrupamento dos 25 itens que compõem a escala, procedeu-se a uma análise fatorial exploratória com recurso ao programa SPSS (SPSS *Statistics* 23.0), baseada no modelo de fatores comuns (*common factor model*) através do método da máxima verosimilhança (*maximum likelihood*), a que se seguiu uma rotação ortogonal (*varimax*). Inicialmente foi efetuado o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de Esfericidade de Bartlett. No teste KMO obteve-se um valor de .888, o que indica que existe uma análise fatorial satisfatória (>0.6) (Pituch & Stevens, 2016, p.344). Por sua vez, o teste de Esfericidade de Bartlett apresenta uma significância de .000, o que indica que as variáveis são correlacionáveis pois existem diferenças estatisticamente significativas ($p < 0.05$) (Pallant, 2003). Assim, a análise fatorial realizada através do método da máxima verosimilhança (*maximum likelihood*), indica a presença de cinco fatores, tal como se verifica no estudo de validação desta escala (Jorge-Monteiro & Ornelas, 2014). Para a decisão de não eliminação dos itens, considerou-se o valor mínimo de associação com a respetiva subescala de .40, seguindo o critério de Pituch e Stevens (2016, p.346), que apontam este valor como sendo o mínimo aceitável a considerar para efeitos de interpretação dos fatores obtidos. Deste modo, procedeu-se à eliminação do item 15 (“Os profissionais estão em melhor posição para decidir o que as pessoas devem fazer ou aprender”) uma vez que foi o único que apresentou um peso fatorial inferior a .40 em todos os fatores (i.e., -.15 para o fator 1, -.05 para o fator 2, .10 para o fator 3, .08 para o fator 4 e .29 para o fator 5). A escala ficou assim com 24 itens divididos em cinco fatores: (1) *Autoestima e autoeficácia* (itens 1, 4, 5, 8, 11, 12, 13, 16, 17); (2) *Poder e ausência de poder* (itens 18, 21, 22, 23, 24); (3) *Ativismo comunitário e autonomia* (itens 2, 10, 25); (4) *Otimismo e controlo sobre o futuro* (itens 3, 6, 9) e (5) *Direito à indignação* (itens 7, 14, 19, 20). Na Tabela 2, constam os valores das pontuações fatoriais e das comunalidades de cada uma das 24 variáveis da escala, resultantes da análise fatorial exploratória.

Tabela 2
Itens da Escala de Empowerment (ES-P):
Pontuações fatoriais e comunalidades dos itens - Análise fatorial realizada através do método da máxima verosimilhança (N=442)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	h ²
Fator 1: Autoestima e autoeficácia						
12. Sou, geralmente, otimista em relação ao futuro.	.76	.11	.07	-.15	.11	.64
05. Sou, habitualmente, confiante com as decisões que tomo.	.74	.14	.08	-.08	.19	.62
13. Quando faço planos, estou quase certo(a) de ser capaz de os fazer resultar.	.69	.21	.03	-.11	-.05	.55
04. Tenho uma atitude positiva em relação a mim mesmo (a).	.67	.18	.10	-.06	.22	.55
11. Habitualmente, sou capaz de ultrapassar barreiras.	.62	.27	.28	-.13	.11	.57
16. Sou capaz de fazer as coisas tão bem como a maioria das pessoas.	.55	.36	.17	.12	.04	.49
17. Geralmente, concretizo o que me proponho a fazer.	.54	.31	.13	-.06	.04	.41
08. Vejo-me como uma pessoa capaz.	.48	.38	.11	-.05	.12	.42
01. Consigo determinar bastante bem o que acontecerá na minha vida.	.48	.02	-.03	.00	-.01	.23
Fator 2: Poder e ausência de poder						
23. Sinto que tenho algumas boas qualidades.	.37	.72	.11	-.06	.03	.69
24. Frequentemente, um problema pode ser resolvido agindo.	.20	.62	.20	-.18	.02	.51
18. As pessoas devem tentar viver as suas vidas como querem.	.20	.48	.22	-.12	-.09	.35
22. As pessoas têm o direito de tomar as suas próprias decisões, mesmo que sejam más decisões.	.07	.47	.04	-.03	-.08	.24
21. Sinto que sou uma pessoa de valor tanto como qualquer outra.	.35	.47	.17	-.08	.08	.39
Fator 3: Ativismo comunitário e autonomia						
25. Trabalhar com os outros, na minha comunidade, pode ajudar a mudar as coisas para melhor.	.14	.34	.58	-.12	.05	.50
10. As pessoas a trabalhar em conjunto podem influenciar a sua comunidade.	.10	.28	.54	-.18	.00	.41
02. As pessoas têm mais poder se se juntarem num grupo.	.06	.04	.49	-.01	-.07	.25
Fator 4: Otimismo e controlo sobre o futuro						
06. As pessoas não têm o direito de se zangar, só porque não gostam de alguma coisa.	-.06	-.02	-.02	.59	-.02	.36
09. Fazer ondas nunca leva a lado nenhum.	-.11	-.06	-.10	.56	-.00	.34
03. Ficar zangado(a) com alguma coisa nunca ajuda.	-.00	-.14	-.07	.56	.02	.34
Fator 5: Direito à indignação						
14. Normalmente sinto-me sozinho(a).	.19	-.07	-.05	-.00	.60	.41
19. A maior parte do tempo, sinto-me sem poder.	.35	.09	-.17	.03	.51	.43
07. A maioria dos infortúnios, na minha vida, deveram-se a má sorte.	-.08	-.12	.10	.09	.45	.25
20. Quando não tenho a certeza sobre alguma coisa, normalmente sigo o resto do grupo.	.05	.06	-.03	-.09	.45	.22
	<i>Eigenvalues</i>	6.18	1.69	.96	.81	.58
	% de variância	25.78	7.05	4.03	3.38	2.45
	Total de % variância			42.70		

*h*² = comunalidades pós-extração

Nota 1. Os valores dos *eigenvalues* e da variância explicada indicados para cada fator dizem respeito à solução não rodada após extração.

Nota. Para cada fator, as pontuações fatoriais mais elevadas encontram-se em realce.

Para analisar a fiabilidade da Escala de Empowerment, foi calculado o índice de consistência interna *alpha* de Cronbach para a escala total e para cada um dos cinco fatores, tendo-se obtido os seguintes resultados², apresentados na Tabela 3: .87 para o fator Autoestima e autoeficácia, .76 para o fator Poder e ausência de poder, .60 para o fator Ativismo comunitário e autonomia, .61 para o fator Otimismo e controlo sobre o futuro e .58 para o fator Direito à indignação. Para a escala total o valor obtido foi .80.

Tabela 3
Valores do *alpha* de Cronbach obtidos para cada fator

		<i>Alpha</i> total sem o item	<i>Alpha</i>
Fator 1: Autoestima e autoeficácia	Item 01	.88	.87
	Item 04	.86	
	Item 05	.85	
	Item 08	.87	
	Item 11	.86	
	Item 12	.85	
	Item 13	.86	
	Item 16	.86	
Fator 2: Poder e ausência de poder	Item 18	.72	.76
	Item 21	.73	
	Item 22	.76	
	Item 23	.67	
	Item 24	.70	
Fator 3: Ativismo comunitário e autonomia	Item 02	.41	.60
	Item 10	.64	
	Item 25	.46	
Fator 4: Otimismo e controlo sobre o futuro	Item 03	.52	.61
	Item 06	.50	
	Item 09	.51	
Fator 5: Direito à indignação	Item 07	.43	.58
	Item 14	.49	
	Item 19	.57	
	Item 20	.53	

Após a análise destes resultados é possível concluir que a escala apresenta boa fiabilidade a nível global assim como relativamente a cada fator uma vez que, segundo Peterson (1994), valores de *alpha* ideais devem ser superiores a .70 e que, valores inferiores a .50 são considerados inaceitáveis e, todos os valores obtidos são superiores a .50.

Comparando com o estudo de validação desenvolvido por Jorge-Monteiro e Ornelas (2014), podemos verificar que existem algumas diferenças. Inicialmente, no estudo de validação foram eliminados itens com pesos fatoriais baixos (2, 7, 15, 20 e 23), sendo que nesta investigação apenas se eliminou o item 15 (com os pesos de: -.15 para o fator 1, -.05 para o fator 2, .10 para o fator 3, .08 para o fator 4 e .29 para o fator 5), o que resultou numa divisão dos itens pelos cinco fatores diferente da que se obteve nesta investigação. No estudo original

² De referir que estes são os valores obtidos após a eliminação do item 15

o Fator 1 era constituído pelos itens 4, 5, 8, 11, 13, 16, 17 e 21, o Fator 2 pelos itens 14 e 19, o Fator 3 pelos itens 10, 18, 22, 24 e 25, o Fator 4 pelos itens 1 e 12 e o Fator 5 pelos itens 3, 6 e 9. Relativamente aos valores do *alpha* de Cronbach, podemos verificar algumas diferenças entre os valores de *alpha*. Assim, e como podemos verificar na Tabela 4, existiu uma melhoria no valor de *alpha* da escala global (de .76 para .80), assim como no Fator 2 (de .56 para .76), Fator 4 (de .52 para .61) e Fator 5 (de .55 para .58), o Fator 3 apresentou um decréscimo no valor de *alpha* (de .72 para .60) e, por fim, verificou-se o mesmo valor de *alpha* para o Fator 1 (.87).

Tabela 4
Comparação dos valores do *alpha* de Cronbach entre o estudo original e esta investigação

	Valor de <i>alpha</i> no estudo de validação	Valor de <i>alpha</i> obtido nesta investigação
Escala Global	.76	.80
Fator 1	.87	.87
Fator 2	.56	.76
Fator 3	.72	.60
Fator 4	.52	.61
Fator 5	.55	.58

Análise Fatorial Confirmatória da ECVC

A análise fatorial confirmatória (AFC) é um método que se usa quando há informação prévia sobre a estrutura fatorial de uma medida, que é preciso confirmar sendo, para tal, necessário confirmar se determinados fatores latentes são responsáveis pelo comportamento de determinadas variáveis observadas, na sequência de um padrão resultante de um estudo exploratório ou de uma determinada teoria (Hai Jr., Anderson, Tatham & Black, 2005).

A análise fatorial confirmatória é um método de análise de dados que pertence à família das técnicas de modelagem de equações estruturais (SEM). Um Modelo de Equações Estruturais é um sistema de equações lineares que estabelece as relações entre as variáveis, sejam elas observadas ou latentes (Marôco, 2010). Este modelo é composto geralmente por dois submodelos: um submodelo de medida, que define a forma como as variáveis latentes são operacionalizadas pelas variáveis observadas, e um submodelo estrutural, que define as hipotéticas relações causais ou de associação entre as variáveis latentes. A análise fatorial confirmatória corresponde ao submodelo de medida do Modelo de Equações Estruturais (Marôco, 2010). Segundo Kline (2011), este tipo de análise considera dois tipos de variáveis: as manifestas e as latentes. As variáveis manifestas, também designadas por variáveis observadas ou por indicadores, são variáveis medidas, manipuladas ou observadas diretamente. As variáveis latentes, igualmente conhecidas como fatores ou constructos, são variáveis que não são diretamente observáveis ou mensuráveis, sendo a sua “existência” indicada pela sua manifestação em variáveis indicadoras.

Uma vez que a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal é uma escala muito utilizada em investigações com características semelhantes, ou seja, em investigações desenvolvidas

nesta temática e com população semelhante, decidiu-se realizar uma análise fatorial confirmatória. Esta AFC foi desenvolvida tendo por base os resultados da análise fatorial obtidos pelos autores da escala (Machado et al., 2006), tendo sido, contudo, efetuadas algumas alterações face a esta versão. Da análise fatorial desenvolvida pelos autores aos 25 itens constituintes da escala resultaram quatro dimensões: (1) Legitimação e banalização da pequena violência (itens 2, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25), (2) Legitimação da violência pela conduta da mulher (itens 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 23), (3) Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10) e (4) Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (itens 1, 7, 8, 9, 15 e 17). Como se pode verificar, existem itens que pontuam em mais do que um fator sendo por isso necessário efetuar uma reformulação desta divisão antes de proceder à análise fatorial confirmatória. Assim, optou-se por deixar os itens nos fatores onde o peso fatorial era superior. Após estas alterações obtiveram-se os quatro fatores, com a seguinte constituição: Fator 1 (itens 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25), Fator 2 (itens 5, 9, 10, 11, 12, 13 e 14), Fator 3 (itens 2, 3, 4, 6 e 8) e Fator 4 (itens 1, 7, 15 e 17). Na Tabela 5 encontram-se discriminados os 25 itens com os respetivos pesos fatoriais, assim como a indicação do fator a que pertencem no presente estudo.

Tabela 5

Itens da ECVC e respectivos pesos fatoriais obtidos pelos autores (Machado et al., 2006)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
1. O problema dos maus tratos dentro do casamento afeta apenas uma pequena percentagem da população.				.62
2. Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico.	.36		.67	
3. Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro).			.71	
4. O mais importante para as crianças é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal.			.30	
5. É a ideia de as mulheres quererem ter tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal.		.41	.40	
6. A causa da violência é o abuso do álcool.			.69	
7. A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias.		.38	.32	.48
8. Os homens batem nas mulheres apenas quando “estão de cabeça perdida”, por algum problema nas suas vidas ou por alguma coisa que elas fizeram,		.41	.42	.35
9. Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas.	.30	.51		.36
10. Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações extra-conjugais.		.50	.47	
11. Um(a) parceiro(a) infiel merece ser maltratado(a).		.73		
12. Se o meu(minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o(a) agredir.	.32	.67		
13. Algumas mulheres merecem que lhes batam.	.47	.63		
14. Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais. ³	.53	.53		
15. Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal.	.39			.58
16. Dar uma bofetada à(o) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade.	.72			
17. A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa.	.52			.58
18. Os insultos são normais entre um casal.	.62			
19. Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez.	.65			
20. Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem.	.66			
21. Entre marido e mulher ninguém deve “meter a colher”.	.47			
22. Uma bofetada não magoa ninguém.	.72			
23. Algumas mulheres fazem os homens “perder a cabeça” e, por isso, é natural que eles lhes batam.	.60	.40		
24. Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.	.73			
25. É mais aceitável um homem bater na mulher do que o contrário.	.65			

³ Como se pode verificar, o item 14 apresenta o mesmo peso fatorial para o fator 1 e 2, contudo optou-se por mantê-lo no fator 2 dado que o item se encontra, do ponto de vista do seu conteúdo, mais relacionado com o fator “Legitimação da violência pela conduta da mulher”.

Após efetuadas estas alterações, procedeu-se à realização da análise fatorial confirmatória. A análise fatorial confirmatória foi realizada com recurso ao programa AMOS (IBM SPSS AMOS 23.0), a partir do método da máxima verosimilhança (*maximum likelihood*). De acordo com vários autores (e.g., Byrne, 2010; Marôco, 2010), foram analisadas a qualidade do ajustamento global e a qualidade do ajustamento local do modelo de medida. A qualidade do ajustamento global é analisada com base num conjunto de índices de ajustamento do modelo hipotético. A qualidade de ajustamento local do modelo é avaliada através das pontuações fatoriais e da fiabilidade individual dos itens.

A AFC da ECVV foi realizada para os quatro fatores e a partir da análise dos índices de ajustamento para os itens previstos por cada fator da ECVV modificada encontrou-se, de início, um mau ajustamento (cf. Tabela 6). Após a observação dos índices de modificação, foram encontradas correlações entre os erros de medida com valores bastante elevados, designadamente:

- O valor de $IM=60.68$ relativo à covariação entre os erros e_2 e e_3 . Após a análise dos respetivos itens (Item 2. “Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico”) e (Item 3. “Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família - p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro”), pode ser explicado pelo facto de estes itens se encontrarem no mesmo fator.

- O valor de $IM=47.48$ relativo à covariação entre os erros e_{23} e e_{24} . Da análise dos itens (Item 23. “Algumas mulheres fazem os homens “perder a cabeça” e, por isso, é natural que eles lhes batam”) e (Item 24. “Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal”), podemos verificar que os itens, além de se encontrarem no mesmo fator, têm algumas expressões comuns na sua construção.

- Por fim, o valor de $IM=28.70$, relativo à covariação entre os erros de medida e_{14} e e_{25} . Verifica-se que, apesar de estarem inseridos em fatores diferentes, apresentam algumas semelhanças em termos de conteúdo (Item 14. “Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais”) e (Item 25. “É mais aceitável um homem bater na mulher do que o contrário”).

Assim, foi estabelecida uma correlação entre os erros 2 e 3 e voltou-se a repetir a análise, verificando-se uma melhoria no ajustamento da escala (cf. Tabela 6). De seguida estabeleceu-se uma correlação entre os erros 24 e 23 verificando-se, novamente, uma melhoria no ajustamento da escala (cf. Tabela 6). Por fim, correlacionaram-se os erros 14 e 25 que, apesar de se encontrarem em fatores diferentes, apresentavam um índice de modificação elevado. Realizou-se novamente a análise fatorial, obtendo-se novos resultados satisfatórios no ajustamento da escala (cf. Tabela 6). Para a análise global do ajustamento do modelo, foram utilizados os índices mais utilizados, tendo-nos baseado, essencialmente, em Marôco (2010) e Byrne (2010) para a sua seleção e descrição. Primeiro, analisou-se o quociente entre o valor de χ^2 (Qui-Quadrado) e os graus de liberdade (gl) como critério de avaliação, devendo esse valor ser inferior a 5 para se poder considerar o ajustamento do modelo como adequado (Marôco, 2010). Em segundo lugar, avaliou-se o CFI (*Comparative Fit Index*), que constitui um índice

relativo que compara a qualidade do ajustamento do modelo ajustado relativamente ao modelo de interdependência total ou modelo basal. Finalmente, recorreu-se ao índice RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*), que mede a discrepância entre o ajustamento do modelo que resultou dos dados da amostra e o ajustamento do modelo que seria obtido na população. No que respeita ao cálculo do quociente entre o Qui-Quadrado (χ^2) e os graus de liberdade (gl), obteve-se o valor de 2.94, o que aponta para um ajustamento aceitável do modelo. Relativamente ao CFI, encontra-se na literatura, como valor mínimo indicativo de uma boa qualidade de ajustamento do modelo, o valor de .90 (Byrne, 2010). O valor de CFI encontrado para o modelo foi de .87, o que é considerado razoável, o que pode, em parte, ser influenciado pelo elevado número de variáveis da estrutura fatorial. Por fim, no que respeita ao RMSEA, idealmente este valor deve ser inferior a .05 ou, pelo menos, situar-se entre .05 e .08, não devendo, contudo, ultrapassar o valor de .10, limite a partir do qual o modelo é considerado como tendo um ajustamento inaceitável (Marôco, 2010). Encontrou-se o valor de RMSEA de .06, o que nos aponta para um bom ajustamento do modelo. Analisando os indicadores apresentados podemos verificar que, apesar de apenas o valor de RMSEA se encontrar dentro dos valores de referência para um bom ajustamento do modelo, os valores de χ^2/gl e CFI também se encontram bastante próximos dos valores considerados razoáveis para se poder considerar um bom ajustamento do modelo.

Na Tabela 6 encontram-se os índices de ajustamento obtidos no modelo inicial, assim como os valores obtidos no modelo final.

Tabela 6
Índices de ajustamento obtidos na análise fatorial confirmatória

	χ^2/gl	CFI	RMSEA
Modelo Inicial	3.48	.83	.07
Modelo revisto 1	3.24	.85	.07
Modelo revisto 2	3.04	.86	.07
Modelo Final	2.94	.87	.06

Agora, relativamente à avaliação do ajustamento local do modelo composto por 25 variáveis manifestas (i.e., itens), obtiveram-se valores de regressão estandardizados dos itens nos respetivos fatores superiores a .50, com exceção dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10 e 15, para os quais se obtiveram os seguintes valores: item 1- .21, item 2- .33, item 3- .40, item 4- .39, item 5- .30, item 6- .35, item 10- .49 e item 15- .44. Apesar destes valores, optou-se por mantê-los na escala por duas razões. Em primeiro lugar, os itens, quer em termos conceituais, quer em termos estatísticos, encontram-se associados com os respetivos fatores. Em segundo, com esta análise fatorial confirmatória pretendeu-se avaliar o ajustamento do modelo de medida encontrado e não “explorar” a existência de uma nova estrutura fatorial, apesar de considerar que, em futuras análises, estes itens devem ser avaliados com precaução e maior detalhe.

Na Figura 1, está representada a estrutura fatorial, com os pesos fatoriais estandardizados da ECVC, após obtenção de resultados satisfatórios para o ajustamento do modelo.

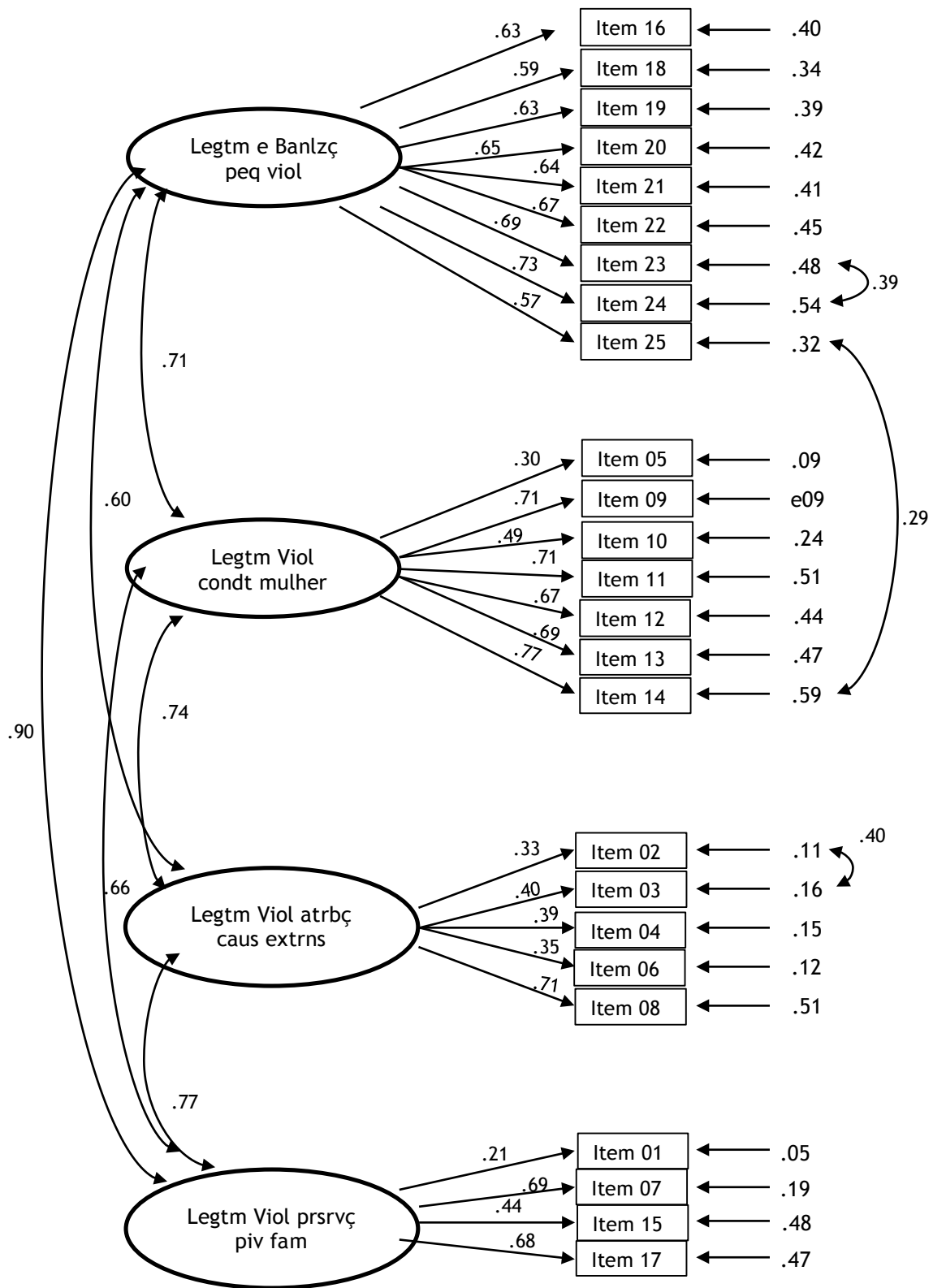


Figura 1 Estrutura fatorial da ECVC: Solução estandarizada, onde os valores relativos aos erros de medição correspondem às proporções de variância explicada.

Legenda: Legtm e Banlzç peq viol - Legitimação e Banalização da pequena violência; Legtm Viol condit mulher - Legitimação da violência pela conduta da mulher; Legtm Viol atrbç caus extrns - Legitimação da violência pela atribuição a causas externas; Legtm Viol prsrvc piv fam - Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar.

Modelo de Regressão Linear Múltipla (MRLM)

O modelo de regressão é um dos métodos estatísticos, descritivo e inferencial, mais usados para investigar a relação entre variáveis (Pestana & Gageiro, 2005). Os diferentes modelos em estudo visam a predição de variável dependente de natureza quantitativa Y em função de um conjunto de variáveis independentes também de natureza quantitativa (X1, X2, X3, X4 e X5). Por se tratar de um modelo com mais do que duas variáveis independentes é designado por Modelo de Regressão Linear Múltipla (MRLM). O método de seleção de variáveis usado na regressão linear foi o método *Enter*, que inclui todas as variáveis no modelo.

Concretizado o modelo MRLM, é necessário analisar a qualidade do ajustamento do modelo, a sua significância e avaliar a influência quantitativa das variáveis independentes sobre a variável dependente.

Antes de apresentar todos os resultados obtidos neste estudo, começamos por apresentar a matriz das correlações de Pearson entre as variáveis em estudo, de forma a ver quais apresentam valores estatisticamente significativos. Assim, apresenta-se na Tabela 7, a matriz de correlações entre todas as variáveis consideradas.

Tabela 7
Matriz de correlações entre as variáveis do estudo (N=442)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 Emp_Fator1	--									
2 Emp_Fator2	.56**	--								
3 Emp_Fator3	.31**	.43**	--							
4 Emp_Fator4	-.19**	-.23**	-.20**	--						
5 Emp_Fator5	.25**	.02	-.04	.00	--					
6 ECVC_Fator1	.00	.06	.06	-.12*	.21**	--				
7 ECVC_Fator2	-.05	.02	-.01	-.07	.08	.61**	--			
8 ECVC_Fator3	-.05	.12**	.01	-.08	.12*	.42**	.51**	--		
9 ECVC_Fator4	-.04	.04	.12**	-.03	.17**	.60**	.48**	.50**	--	
10 Idade	-.07	.00	.03	-.05	-.00	.07	.00	.04	.09	--

* $p < .05$. ** $p < .01$

Nota. As variáveis pertencentes a uma mesma dimensão encontram-se em realce.

De referir que a variável *Idade* surge na tabela porque se considerou utilizá-la como covariável nesta análise, o que acabou por não acontecer uma vez que, como se pode verificar, esta não apresentou nenhuma correlação significativa com as restantes variáveis do estudo.

Passando agora à análise dos resultados, e com o intuito de explicar as *crenças sobre violência* em função das diferentes dimensões associadas ao *Empowerment* recorreu-se a uma

regressão linear múltipla. Assim, em seguida apresentam-se devidamente explicitados os modelos de regressão linear múltipla considerados no presente estudo.

Modelo 1. Empowerment e Legitimação e banalização da pequena violência

O modelo 1 em estudo visa a predição da variável Y (*Legitimação e banalização da pequena violência*) em função do conjunto de variáveis independentes associadas ao *Empowerment* (*Autoestima e autoeficácia* (X1), *poder e ausência de poder* (X2), *ativismo comunitário e autonomia* (X3), *otimismo e controlo sobre o futuro* (X4) e *direito à indignação* (X5)).

A Tabela 8 apresenta as estimativas dos parâmetros e respetivas estimativas do erro padrão, as estimativas dos coeficientes padronizados, o valor da estatística *t-Student* e o p-valor correspondente.

Tabela 8
Coeficientes de regressão e estatísticas do Modelo 1 e Modelo 1 Reajustado da variável Legitimação e banalização da pequena violência

	Modelo 1				Modelo 1 Reajustado				
	β	EP	t	p-valor	β	EP	t	p-valor	VIF
Constante	1.29	.23	5.75	.00	1.51	.19	7.66	.00	
X1	-.16	.07	-2.43	.02*	-.09	.05	-1.65	.10	1.11
X2	.09	.07	1.38	.17					
X3	.05	.06	.96	.34					
X4	-.11	.05	-2.44	.02*	-.13	.05	-2.84	.005*	1.04
X5	.24	.05	4.99	.00*	.23	.05	4.72	.00*	1.07
R ²	.07				.06				

*p<.05

Nota. X1- Autoestima e autoeficácia, X2- poder e ausência de poder, X3- ativismo comunitário e autonomia, X4- otimismo e controlo sobre o futuro, X5- direito à indignação

Analisando os valores da estatística *t-Student* e os respetivos p-valor para cada variável independente do modelo (Tabela 8), pode concluir-se que, para o nível de significância de p<.05, apenas as variáveis preditivas X1 ($\beta=-.16$; p=.02), X4 ($\beta=-.11$; p=.01) e X5 ($\beta=.24$; p=.00) são estatisticamente significativas no modelo. Por outras palavras, significa dizer que as dimensões da *autoestima e autoeficácia*, *otimismo e controlo sobre o futuro* e *direito à indignação* estão relacionadas com a *legitimação e banalização da pequena violência*. As dimensões *poder e ausência de poder* e *ativismo comunitário e autonomia* não mostraram ter um efeito estatisticamente significativo sobre a *legitimação e banalização da pequena violência* ($\beta=.09$; p=.17) e ($\beta=.05$; p=.34).

Identificadas as variáveis independentes estatisticamente significativas para o Modelo 1, procedeu-se ao reajustamento do mesmo, incluindo-se no novo modelo, apenas as variáveis

com influência estatisticamente significativa (Modelo 1 Reajustado). Em termos das novas estimativas obtidas, mantendo as restantes variáveis constantes, verifica-se que, em média, por cada unidade adicional da variável *direito à indignação*, a *legitimação e banalização da pequena violência* aumenta .23. Já no que diz respeito ao *otimismo e controlo sobre o futuro*, por cada unidade adicional dessa variável, a *legitimação e banalização da pequena violência* decresce .13. Com isto podemos verificar que, individualmente, o preditor que mais contribui para a explicação da crença de legitimação e banalização da pequena violência é o *direito à indignação*. Relativamente à variável *autoestima e autoeficácia* podemos verificar que esta, apesar de no Modelo 1 apresentar valores estatisticamente significativos, aquando do reajustamento do modelo, sofreu alterações e já não mostra efeito estatisticamente significativo sobre a *legitimação e banalização da pequena violência*, o que pode indicar que esta variável só apresenta efeito preditor quando analisada em conjunto com as restantes dimensões de *Empowerment*.

De acordo com o presente na Tabela 8, é possível verificar que o Modelo 1 apresenta um R^2 de .07, ou seja, pode afirmar-se que o total de variância da variável critério explicada pelas variáveis preditivas é de 7%. Para o Modelo 1 Reajustado o valor de R^2 é de .06, podendo afirmar-se que o total da variância da variável critério é de 6%.

Com o intuito de diagnosticar a *multicolinearidade*, recorreu-se à análise da estatística VIF, presente na Tabela 8. Como os valores de VIF observados foram 1.11, 1.04 e 1.07, respetivamente, para as variáveis X1, X4 e X5, conclui-se que o modelo de regressão ajustado não apresenta problemas de multicolinearidade, uma vez que todos os valores são inferiores a 10 (Hair et al., 2005).

Conclusões Gerais do Modelo 1.

Relativamente às dimensões de *Empowerment* estudadas, somente duas predizem a variável *legitimação e banalização da pequena violência*, sendo elas nomeadamente, o *otimismo e controlo sobre o futuro* e o *direito à indignação*. Mais especificamente, podemos concluir que:

- A dimensão *direito à indignação* prediz de forma positiva a *legitimação e banalização da pequena violência*;
 - A dimensão *otimismo e controlo sobre o futuro* prediz de forma negativa a *legitimação e banalização da pequena violência*;
 - A dimensão *autoestima e autoeficácia* apenas prediz a *legitimação e banalização da pequena violência* quando analisada juntamente com todas as dimensões do *Empowerment*;
 - As dimensões *poder e ausência de poder* e *ativismo comunitário e autonomia* não são preditores da variável *legitimação e banalização da pequena violência*.
-

Modelo 2. Empowerment e Legitimação da violência pela conduta da mulher

O modelo 2 do presente estudo procura estudar a predição da variável dependente Y (*Legitimação da violência pela conduta da mulher*), em função do conjunto de variáveis independentes associadas ao *Empowerment* (*Autoestima e autoeficácia* (X1), *poder e ausência de poder* (X2), *ativismo comunitário e autonomia* (X3), *otimismo e controlo sobre o futuro* (X4) e *direito à indignação* (X5)).

A Tabela 9, à semelhança da Tabela 8, demonstra as estimativas dos parâmetros e respetivas estimativas do erro padrão, as estimativas dos coeficientes padronizados, o valor da estatística *t-Student* e o p-valor correspondente.

Tabela 9
Coeficientes de regressão e estatísticas do Modelo 2 e Modelo 2 Reajustado da variável Legitimação da violência pela conduta da mulher

	Modelo 2				Modelo 2 Reajustado				
	β	EP	t	p-valor	β	EP	t	p-valor	VIF
Constante	1.68	.25	6.69	.00	1.47	.15	9.90	.00*	
X1	-.17	.07	-2.29	.02*	-.09	.06	-1.56	.11	1.06
X2	.11	.08	1.42	.16					
X3	-.02	.06	-.37	.71					
X4	-.09	.05	-1.67	.09					
X5	.13	.05	2.28	.02*	.11	.05	2.05	.04*	1.06
R ²		.02				.01			

*p<.05

Nota. X1- Autoestima e autoeficácia, X2- poder e ausência de poder, X3- ativismo comunitário e autonomia, X4- otimismo e controlo sobre o futuro, X5- direito à indignação

Tendo por base os resultados obtidos, podemos observar que os valores da estatística *t-Student* e dos respetivos p-valor para cada variável independente do modelo. Segundo os resultados apresentados na Tabela 9 podemos concluir que, para qualquer nível de significância, apenas os regressores X1 ($\beta=-.17$; $p=.02$) e X5 ($\beta=.13$; $p=.02$) são estatisticamente significativos no modelo. Isto é, das cinco dimensões do *Empowerment* referidas, somente duas, a *autoestima e autoeficácia* e o *direito à indignação* afetam a variável dependente, *legitimação da violência pela conduta da mulher*. Assim, pode observar-se que as restantes três dimensões *poder e ausência de poder* ($\beta=.11$; $p=.16$), *ativismo comunitário e autonomia* ($\beta=-.02$; $p=.71$) e *otimismo e controlo sobre o futuro* ($\beta=-.09$; $p=.09$) não mostram ter efeito estatisticamente significativo sobre a *legitimação da violência pela conduta da mulher*.

Deste modo, existindo variáveis independentes estatisticamente significativas para o Modelo 2, procedeu-se ao reajustamento do mesmo, onde se incluíram apenas as variáveis com

influência estatisticamente significativa (Modelo 2 Reajustado). Com base nas novas estimativas obtidas, podemos verificar que, em média, por cada unidade adicional da variável *direito à indignação* a *legitimação da violência pela conduta da mulher* aumenta .11. No que diz respeito à variável *autoestima e autoeficácia* podemos verificar que esta, apesar de no Modelo 1 apresentar valores estatisticamente significativos, quando do reajustamento do modelo sofreu alterações e já não mostra efeito estatisticamente significativo sobre a *legitimação da violência pela conduta da mulher*, o que pode indicar que esta variável só apresenta efeito preditor quando analisada em conjunto com as restantes dimensões de *Empowerment*.

De acordo com o presente na Tabela 9, é possível verificar que o Modelo 2 apresenta um R^2 de .02, ou seja, pode afirmar-se que o total de variância da variável critério explicada pelas variáveis preditivas é de 2%. Para o Modelo 2 Reajustado o valor de R^2 é de .01, podendo afirmar-se que o total da variância da variável critério é de 1%.

Já a estatística VIF, realizada com o intuito de diagnosticar a *multicolinearidade*, apresentou-nos valores de 1.06 para ambas as variáveis (X1 e X5), como se pode verificar na tabela 8, o que nos leva a concluir que não existem no presente modelo problemas ao nível da multicolinearidade, uma vez que os valores são inferiores a 10 (Hair et al., 2005).

Conclusões Gerais do Modelo 2.

Relativamente às dimensões de *Empowerment* estudadas, somente uma prediz a variável *legitimação da violência pela conduta da mulher*, sendo ela o *direito à indignação*. Mais especificamente, podemos concluir que:

- A dimensão *direito à indignação* prediz de forma positiva a *legitimação da violência pela conduta da mulher*;
- A dimensão *autoestima e autoeficácia* apenas prediz a *legitimação da violência pela conduta da mulher* quando analisada juntamente com todas as dimensões do *Empowerment*;
- As dimensões *poder e ausência de poder, ativismo comunitário e autonomia e otimismo e controlo sobre o futuro* não são preditivas da variável *legitimação da violência pela conduta da mulher*.

Modelo 3. Empowerment e Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas

Passando agora à análise do **modelo 3** e procedendo de forma semelhante às análises dos modelos anteriores, começamos pela sua apresentação. Assim, pode observar-se que o Modelo 3 em estudo procura estudar a predição da variável dependente Y (*Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas*), em função do conjunto de variáveis independentes associadas ao *Empowerment* (*Autoestima e autoeficácia* (X1), *poder e ausência*

de poder (X2), *ativismo comunitário e autonomia* (X3), *otimismo e controlo sobre o futuro* (X4) e *direito à indignação* (X5)).

Na Tabela 10, podem observar-se as estimativas dos parâmetros e respetivas estimativas do erro padrão, as estimativas dos coeficientes padronizados, o valor da estatística *t-Student* e o p-valor correspondente.

Tabela 10
Coeficientes de regressão e estatísticas do Modelo 3 e Modelo 3 Reajustado da variável *Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas*

	Modelo 3				Modelo 3 Reajustado				
	β	EP	t	p-valor	β	EP	t	p-valor	VIF
Constante	1.71	.25	6.92	.00	1.43	.16	8.99	.00*	
X1	-.29	.07	-4.13	.00*	-.29	.07	-4.09	.00*	1.59
X2	.32	.08	4.10	.00*	.33	.08	4.39	.00*	1.49
X3	-.03	.06	-.48	.63					
X4	-.07	.05	-1.46	.15					
X5	.19	.05	3.49	.001*	.19	.05	3.51	.001*	1.08
R ²	.07				.06				

*p<.05

Nota. X1- Autoestima e autoeficácia, X2- poder e ausência de poder, X3- *ativismo comunitário e autonomia*, X4- *otimismo e controlo sobre o futuro*, X5- *direito à indignação*

Com base nos resultados obtidos, é importante tentar perceber, do conjunto das cinco variáveis independentes quais influenciam a variação da variável dependente. Assim desenvolvemos a análise, tendo em conta os valores da estatística *t-Student* e os respetivos p-valor para cada variável independente do modelo. Como se pode observar na Tabela 10, para qualquer nível de significância apenas os regressores X1 ($\beta=-.29$; $p=.00$), X2 ($\beta=.32$; $p=.00$) e X5 ($\beta=.19$; $p=.001$) são estatisticamente significativos no modelo. Pelo que das cinco dimensões de *Empowerment*, somente as dimensões *ativismo comunitário e autonomia* ($\beta=-.03$; $p=.63$) e *otimismo e controlo sobre o futuro* ($\beta=-.07$; $p=.15$) não mostraram ter efeito estatisticamente significativo sobre a variável dependente (*legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas*).

Deste modo, passamos mais uma vez ao desenvolvimento de um novo ajuste agora relativo ao Modelo 3, sendo incluídas neste modelo reajustado apenas as variáveis com influência estatisticamente significativa sobre a variável dependente (Modelo 3 Reajustado).

Observando as novas estimativas obtidas (com as restantes variáveis constantes), presentes na Tabela 9, podemos concluir que, em média, por cada unidade adicional da variável *autoestima e autoeficácia*, a *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas* tende a decrescer .29. Quanto às variáveis *poder e ausência de poder* e *direito à indignação*,

verificamos que, em média, por cada unidade adicional destas variáveis, a *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas* aumenta .33 e .19, respectivamente. Com isto podemos verificar que, individualmente, o preditor que mais contribui para a explicação da crença de legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas é *poder e ausência de poder*.

De acordo com o presente na Tabela 10, é possível verificar que o Modelo 3 apresenta um R^2 de .07, ou seja, pode afirmar-se que o total de variância da variável critério explicada pelas variáveis preditivas é de 7%. Para o Modelo 3 Reajustado o valor de R^2 é de .06, podendo afirmar-se que o total da variância da variável critério é de 6%.

Passando ao estudo dos valores de VIF, estes foram respetivamente X1 (1.59), X2 (1.49) e X5 (1.08). Perante os três resultados, sendo todos menores que 10, concluímos que o modelo de regressão 3 ajustado, não apresenta problemas de multicolinearidade (Hair et al., 2005).

Conclusões Gerais do Modelo 3.

Relativamente às dimensões de *Empowerment* estudadas, somente três predizem a variável *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas*, sendo elas, *autoestima e autoeficácia*, *poder e ausência de poder* e *direito à indignação*. Mais especificamente, podemos concluir que:

- A dimensão *autoestima e autoeficácia* prediz de forma negativa a *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas*;
- As dimensões *poder e ausência de poder* e *direito à indignação* predizem de forma positiva a variável *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas*;
- As dimensões *ativismo comunitário e autonomia* e *otimismo e controlo sobre o futuro* não são preditivas da variável *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas*.

Modelo 4. Empowerment e Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar

Passando agora para a análise do Modelo 4, observamos que tal como os restantes modelos este visa prever a variável dependente Y (*Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*), em função do conjunto de variáveis independentes associadas ao *Empowerment* (*Autoestima e autoeficácia* (X1), *poder e ausência de poder* (X2), *ativismo comunitário e autonomia* (X3), *otimismo e controlo sobre o futuro* (X4) e *direito à indignação* (X5)).

Na Tabela 11, podemos observar, tal como ocorreu com os modelos anteriores, as estimativas dos parâmetros e respetivas estimativas do erro padrão, as estimativas dos coeficientes padronizados, o valor da estatística *t-Student* e o p-valor correspondente.

Tabela 11
 Coeficientes de regressão e estatísticas do Modelo 4 e do Modelo 4 Reajustado da variável Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar

	Modelo 4				Modelo 4 Reajustado				
	β	EP	t	p-valor	β	EP	t	p-valor	VIF
Constante	1.36	.27	4.99	.00	1.35	.18	7.39	.00*	
X1	-.25	.08	-3.21	.001*	-.20	.07	-2.98	.003*	1.19
X2	.11	.09	1.21	.23					
X3	.21	.07	3.00	.003*	.24	.07	3.63	.00*	1.12
X4	-.02	.06	-.29	.77					
X5	.27	.06	4.49	.00	.26	.06	4.38	.00*	1.08
R²									
									.07
									.06

*p<.05

Nota. X1- Autoestima e autoeficácia, X2- poder e ausência de poder, X3- ativismo comunitário e autonomia, X4- otimismo e controlo sobre o futuro, X5- direito à indignação

Para a análise de quais as variáveis independentes com efeito significativo sobre a *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*, passamos ao desenvolvimento de testes individuais para cada um dos coeficientes. Assim, para tal, analisamos os valores de *t-Student* e os respetivos p-valor. Deste modo conseguimos concluir que para qualquer nível de significância apenas os regressores X1 ($\beta=-.25$; $p=.001$), X3 ($\beta=.21$; $p=.003$) e X5 ($\beta=.27$; $p=.00$) são estatisticamente significativos no modelo. Pelo que podemos verificar que somente as variáveis *autoestima e autoeficácia, ativismo comunitário e autonomia e direito à indignação*, estão a afetar a *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*, pois o *poder e ausência de poder* X2 ($\beta=.11$; $p=.23$) e o *otimismo e controlo sobre o futuro* X4 ($\beta=-.02$; $p=.77$), segundo os resultados apresentados na Tabela 11, mostraram não ter efeito estatisticamente significativo sobre a variável dependente.

Identificadas as variáveis independentes estatisticamente significativas para o Modelo 4, procedemos ao reajuste do modelo, incluindo-se assim no novo modelo e reajustado (Tabela 11), apenas as variáveis com influência estatisticamente significativa (Modelo 4 Reajustado). Deste modo, procedemos novamente à análise dos novos valores obtidos, onde pudemos verificar que, em média, por cada unidade adicional das variáveis *ativismo comunitário e autonomia e direito à indignação*, a variável *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* aumenta .24 e .26, respetivamente. Enquanto que, relativamente à variável *autoestima e autoeficácia*, ocorre o inverso, ou seja, por cada unidade adicional da presente variável, a *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* diminui .20. Com isto podemos verificar que, individualmente, o preditor que mais contribui para a explicação da crença de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar é o *direito à indignação*.

De acordo com o presente na Tabela 11, é possível verificar que o Modelo 4 apresenta um R^2 de .07, ou seja, pode afirmar-se que o total de variância da variável critério explicada pelas variáveis preditivas é de 7%. Para o Modelo 4 Reajustado o valor de R^2 é de .06, podendo afirmar-se que o total da variância da variável critério é de 6%.

Em seguida passámos ao diagnóstico da multicolinearidade, através da análise da estatística VIF, presente também na Tabela 10. Assim, foi possível verificar que, segundo os valores obtidos, X1 (1.19), X3 (1.12) e X5 (1.08), o modelo de regressão reajustado não apresenta problemas de multicolinearidade, visto serem todos os valores inferiores a 10 (Hair et al., 2005).

Conclusões Gerais do Modelo 4.

Relativamente às dimensões de *Empowerment* estudadas, somente três predizem a variável *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*, sendo elas, *autoestima e autoeficácia*, *ativismo comunitário e autonomia* e *direito à indignação*. Mais especificamente, podemos concluir que:

- A dimensão *autoestima e autoeficácia* prediz de forma negativa a *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*;
 - As dimensões *ativismo comunitário e autonomia* e *direito à indignação* predizem de forma positiva a variável *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*;
 - As dimensões *poder e ausência de poder* e *otimismo e controlo sobre o futuro* não são preditivas da variável *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*.
-

2.4. Discussão dos resultados

O presente trabalho teve como objetivo central estudar a relação entre o *Empowerment* e as Crenças sobre violência. A violência no namoro é um fenómeno cada vez mais frequente, o que revela a importância de se desenvolverem mais investigações nesta área. Especificamente, procurou-se analisar em que medida o *Empowerment* explica as Crenças sobre Violência numa amostra de estudantes universitários.

Relativamente às medidas utilizadas no estudo, optou-se, num primeiro momento, por efetuar uma análise fatorial exploratória para a escala (Escala de *Empowerment*) com o objetivo de identificar a estrutura fatorial da medida na amostra de estudo, para, assim, aferir a sua validade de constructo na população jovem universitária. A partir desta análise fatorial, foi possível verificar que os resultados obtidos apontam para uma estrutura fatorial constituída por cinco dimensões de *empowerment*, tal como se verifica no estudo de validação deste instrumento (Jorge-Monteiro & Ornelas, 2014). Quanto aos itens que constituem a escala, foi possível verificar algumas divergências em relação ao estudo original. Nesse estudo, cinco itens da escala (itens 2, 7, 15, 20 e 23) apresentavam pesos fatoriais baixos, o que resultou na sua eliminação, contudo, nesta investigação tal não se verificou, tendo esses itens apresentado pesos fatoriais satisfatórios, à exceção do item 15 que voltou a ser eliminado. No que respeita à fiabilidade, também se encontraram algumas diferenças comparativamente ao estudo de validação sendo que, nesta investigação, os resultados foram, no geral mais satisfatórios uma vez que se obtiveram valores relativos ao *alpha* de Cronbach mais significativos, à exceção de um dos fatores (Fator 3 - Ativismo comunitário e autonomia). Estas diferenças entre os resultados podem ser resultantes de algumas diferenças existentes entre as investigações, nomeadamente o facto de a amostra desta investigação ser maior (n=442), comparativamente à amostra do estudo de validação (n=213), o facto de as duas amostras serem muito diferentes entre si uma vez que, no estudo de validação, os participantes eram maioritariamente adultos que apresentavam problemas mentais e, neste estudo, trataram-se de jovens universitários sem problemas mentais.

A outra escala selecionada para este estudo foi a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC), uma vez que se trata de uma escala já bastante utilizada nesta temática e com população semelhante (e.g., Machado et al., 2003; Mendes & Cláudio, 2010; Caridade, 2011). Assim, foi realizada uma análise fatorial confirmatória (AFC) da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal de maneira a verificar de que forma esta escala estava ajustada ao modelo desta investigação. A análise fatorial confirmatória foi realizada com base nos resultados da análise fatorial desenvolvida pelos autores no estudo de validação (Machado et al., 2006), tendo sido efetuadas algumas alterações. A AFC da ECVC foi realizada para os quatro fatores que constituem esta escala sendo que, num primeiro momento, se obteve um ajustamento insatisfatório do modelo que foi melhorando, progressivamente, com as diferentes covariações entre os erros do modelo, alcançando-se, no final, um ajustamento aceitável do modelo. Relativamente ao ajustamento local do modelo e com base nos resultados obtidos foi possível

concluir que: (1) os fatores da ECVC se encontram correlacionados entre si de forma significativa, tal como teoricamente seria esperado, o que poderá explicar quer a existência de correlações entre itens de diferentes fatores, quer a associação de alguns itens a mais do que um fator latente; (2) a estrutura fatorial obtida deverá ser objeto de novos estudos de validade, recorrendo a outras amostras, no sentido de melhorar a qualidade do ajustamento global do modelo. Assim, e face a estes resultados, consideramos que o modelo de medida proposto tem validade e fiabilidade suficientes para poder ser utilizado para a avaliação das crenças sobre violência conjugal.

Posto isto, e após a realização destas análises fatoriais, procurou-se avaliar se o *empowerment* é preditor das crenças sobre violência conjugal. Assim, resultaram quatro modelos de regressão múltipla entre as dimensões de *empowerment* e as dimensões da ECVC.

Modelo 1. *Empowerment* e Legitimação e banalização da pequena violência

Após a análise da regressão efetuada entre as dimensões de *empowerment* e a *legitimação e banalização da pequena violência* foi possível concluir que as dimensões da *autoestima e autoeficácia, otimismo e controlo sobre o futuro e direito à indignação* se encontram relacionadas com a *legitimação e banalização da pequena violência* e que, por outro lado, as dimensões *poder e ausência de poder e ativismo comunitário e autonomia* não mostraram ter um efeito estatisticamente significativo sobre a *legitimação e banalização da pequena violência*. No que respeita ao fator da *autoestima e autoeficácia*, estas conclusões vão ao encontro do estudo conduzido por Howard e Wang (2003), onde se verificou que pessoas com níveis mais baixos de autoestima apresentavam riscos mais elevados de se tornarem vítimas de violência. Relativamente ao fator *otimismo e controlo sobre o futuro* e, segundo a literatura, as vítimas de abuso têm níveis mais baixos de controlo percebido, o que resulta num aumento da probabilidade de voltarem para relações abusivas (Alexander, 1993). A lógica subjacente ao argumento de controlo percebido baixo é que as vítimas que se sentem impotentes sobre como alterar as circunstâncias de abuso atuais são mais propensas a permanecer nessas circunstâncias, funcionando este fator também como um forte determinante para o retorno com o agressor (Eagly & Steffen, 1986). Em relação ao fator *direito à indignação*, não existe muita literatura quer para o suporte, quer para a infirmação destes resultados. A investigação mostra que a indignação pode ser entendida como uma vontade de sofrer de forma a punir tratamentos injustos, o que nos indica a existência de uma propensão autodestrutiva que, no caso da violência, pode levar a que vítimas de violência continuem envolvidas em relações abusivas (Anderson & Bushman 2002).

Em relação às variáveis que não apresentaram relação com a *legitimação e banalização da pequena violência* foi possível verificar que, de acordo com a literatura, existem evidências que sugerem que desequilíbrios de poder estão associados à ocorrência de violência íntima (Crittenden, 1991; Christens, 2012). Eagly & Steffen (1986) argumentam que homens abusivos

afirmam o seu poder e controlo nos seus relacionamentos, porque se sentem sem poder e controlo. A variável *ativismo comunitário e autonomia* também não apresenta relação com *legitimação e banalização da pequena violência*, sendo que, segundo Eswaran e Malhotra (2009), as mulheres que têm níveis mais elevados de autonomia experimentariam menor violência por parte do companheiro do que mulheres com autonomia mais baixa.

Modelo 2. Empowerment e Legitimação da violência pela conduta da mulher

Após a análise da regressão efetuada entre as dimensões de *empowerment* e a *legitimação da violência pela conduta da mulher* foi possível concluir que apenas as dimensões da *autoestima e autoeficácia* e *direito à indignação* se encontram relacionadas com a *legitimação da violência pela conduta da mulher* e que, por outro lado, as dimensões *poder e ausência de poder, ativismo comunitário e autonomia* e *otimismo e controlo sobre o futuro* não mostraram ter um efeito estatisticamente significativo sobre a *legitimação da violência pela conduta da mulher*.

Na revisão de literatura efetuada não foram encontrados estudos acerca da relação específica entre estas variáveis, mas, contudo, foi possível verificar que, no contexto da violência, a autoeficácia é definida como um importante recurso que permite às mulheres evitar o sofrimento e as dificuldades psicológicas e para escolher e usar formas mais eficazes de enfrentar a situação em que se encontram (Colman & Widom, 2004). Assim, a autoeficácia condiciona as reações que os sujeitos têm face a ambientes ou situações ameaçadoras, levando-os a evitar situações/comportamentos que possam ser utilizados pelo agressor como justificação para os comportamentos violentos (DeCicco et al., 2006; Gover et al., 2008). Ainda neste sentido, os homens tendem a considerar a violência como aceitável, dependendo da situação, justificando-a pelos comportamentos da mulher (Caridade, 2008). No que respeita ao *direito à indignação*, os homens são mais frequentemente vistos como tendo o direito de expressar indignação de forma violenta, enquanto as mulheres são vistas como tendo falta desse direito, devendo ser subversivas da legítima autoridade masculina de agir irracionalmente (Jouriles et al., 2009).

Relativamente às variáveis que não mostraram ter um efeito estatisticamente significativo, mais concretamente em relação ao *poder e ausência de poder*, foi possível verificar que, no geral, os resultados defendem que as desigualdades de género subjacentes e desequilíbrio de poder entre mulheres e homens são uma das causas fundamentais da violência contra as mulheres e a utilização da violência por parte dos homens contra as mulheres está também associada a uma complexa interação de fatores ao nível do indivíduo, relação, comunidade e maiores níveis da sociedade (Leggett et al., 2012; Mars & Valdez, 2007). Estes fatores não podem ser entendidos isoladamente e devem ser entendidos como existindo dentro de um ambiente mais amplo de desigualdade de género. Em relação às restantes variáveis, na revisão da literatura efetuada, não encontramos referências a estudos com as variáveis *ativismo comunitário e autonomia* e *otimismo e controlo sobre o futuro*.

Modelo 3. Empowerment e Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas

Efetuada a análise da regressão entre as dimensões de *Empowerment* e a *Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas* foi possível concluir que as dimensões da *autoestima e autoeficácia, poder e ausência de poder e direito à indignação* se encontram relacionadas com a *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas* e que, por outro lado, as dimensões *ativismo comunitário e autonomia e otimismo e controlo sobre o futuro* não mostraram ter um efeito estatisticamente significativo sobre a *legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas*.

Quando alguém questiona ou disputa a visão favorável que têm de si, muitos homens utilizam a violência como forma de resposta, acabando muitas vezes por atribuir a culpa a outras causas que não a si para, assim, não prejudicar a visão que têm de si (Anderson & Saunders, 2003). No que diz respeito às variáveis de *poder e ausência de poder e direito à indignação*, não se encontraram, na revisão de literatura efetuada, investigações que permitissem apoiar os resultados obtidos.

Relativamente às variáveis que não apresentam efeito estatisticamente significativo, encontraram-se algumas evidências relacionadas com o *ativismo comunitário e autonomia*, sendo que alguns estudos consideram que a relação entre violência nas relações e a autonomia das mulheres é afetada por fatores contextuais, incluindo as características da vizinhança, expectativas culturais e regionais e o envolvimento em atividades comunitárias que levam a que muitos homens, que não aceitam este envolvimento em atividades por parte das companheiras, acabando por se tornar violentos (Eswaran & Malhotra, 2009).

Modelo 4. Empowerment e Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar

Realizada a análise da regressão entre as dimensões de *Empowerment* e a *Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* foi possível concluir que as dimensões da *autoestima e autoeficácia, ativismo comunitário e autonomia e direito à indignação* se encontram relacionadas com a *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar* e que, por outro lado, as dimensões *poder e ausência de poder e otimismo e controlo sobre o futuro* não mostraram ter um efeito estatisticamente significativo sobre a *legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*.

No que respeita ao fator da *autoestima e autoeficácia*, Radday & Stanzler (2011) defendem que as mulheres com baixa autoestima se sentem muitas vezes constrangidas e envergonhadas quando têm de revelar detalhes sobre a violência que sofrem, isto porque estas relações fazem parte do domínio íntimo e privado. Assim, as vítimas de violência apresentam necessidades elevadas de manter a privacidade da sua vida e da sua relação, uma vez que já são o alvo do agressor e não procuram originar mais situações que possam resultar em novo abuso. Passando agora para a variável *ativismo comunitário e autonomia*, verifica-se na

literatura que, mulheres com níveis mais baixos de autonomia apresentam uma maior tendência para se sujeitar às situações de violência, visto que não querem expor a sua vida privada por não se considerarem competentes de lidar com esta situação e não se acharem capazes de superar as dificuldades que advêm da denúncia da relação de violência a que estão sujeitas (Miller, 2011). Em relação ao fator *direito à indignação*, a informação encontrada vai ao encontro da apresentada na discussão do Modelo 1, uma vez que o facto de as vítimas se submeterem a sacrifícios pode levá-las a permanecer em relações abusivas de forma a proteger a vida familiar e a não exporem a situação familiar que estão a atravessar no momento (McMoy et al., 2009).

Relativamente às variáveis que não apresentam efeito estatisticamente significativo, existem algumas evidências que sugerem que pode existir uma relação entre o *poder* e a preservação da privacidade familiar, uma vez que alguns homens procuram mostrar a sua superioridade forçando as hierarquias de género acabando, muitas vezes, por recorrer ao uso da violência, embora esta demonstração de poder apenas aconteça dentro de casa, não transparecendo quando o casal está em situações de socialização (Miller, 201).

Tratando-se de uma temática consideravelmente recente, denota-se alguma dificuldade em encontrar informação científica, evidenciando assim a relevância deste estudo.

Capítulo III - Contributos e Limitações

3.1 Contributos

Em termos gerais e no âmbito da literatura, a presente investigação procurou ser uma mais-valia ao abordar a relação entre o *Empowerment* e as Crenças sobre Violência. Assim, o presente trabalho procura contribuir para ultrapassar uma lacuna no contexto da investigação nestas temáticas.

Com a validação da Escala de *Empowerment* obtivemos uma nova estrutura fatorial diferente da apresentada pelos autores, que deverá ser comprovada em futuras investigações. O grau de consistência interna obtido para esta nova versão foi elevado, o que nos permite confiar nestes resultados e acreditar que esta estrutura fatorial é de confiança. A realização da Análise Fatorial Confirmatória teve como objetivo testar a estrutura de quatro fatores da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal que, apesar de confirmada, apresenta algumas diferenças comparando com o estudo original. Isto sugere a possibilidade de existir uma estrutura fatorial distinta. A escolha por esta escala deveu-se ao facto de se tratar de uma escala já muito utilizada em investigações nesta temática e também por apresentar um bom grau de consistência interna.

Os resultados obtidos através da análise estatística efetuada permitem-nos verificar que o *empowerment* é capaz de explicar algumas das dimensões das Crenças sobre Violência, contudo para algumas não se revelaram evidências desta relação, demonstrando-se assim a pertinência deste estudo.

Estes resultados permitem delinear algumas orientações de possíveis intervenções como: procurar fortalecer a igualdade entre homens e mulheres de forma a colmatar as desigualdades existentes que, por vezes, são causadoras de situações de violência; promover uma aliança com a comunidade de forma a promover o suporte e o sentido de pertença para as vítimas de violência e ainda que o *Empowerment* é uma ferramenta importante para as vítimas redescobrirem as forças e as habilidades que possuem para que possam adquirir controlo sobre as suas vidas.

3.2 Limitações e sugestões para futuras investigações

Destacamos algumas limitações do presente estudo para que, em futuras investigações, possam ser tidas em conta. Em termos metodológicos, foram utilizados os mesmos métodos e fontes de informação na recolha dos dados em relação a todas as variáveis de estudo, o que pode contribuir para as correlações obtidas entre as variáveis de estudo.

Em termos de literatura e, apesar de se tratarem de temáticas que se encontram em desenvolvimento, foi sentida alguma dificuldade em encontrar investigações científicas, sobretudo no que diz respeito à existência de uma relação entre a violência e o *empowerment*.

É importante também ter em conta que, uma vez que se tratou de um protocolo relativamente extenso devido ao elevado número de escalas, isto poderá ter contribuído para um aumento do número de valores omissos (*missing-values*). Uma vez que a temática em estudo é sensível (violência), a desejabilidade social pode também ter influenciado as respostas dadas pelos participantes.

Em termos de sugestões para futuras investigações, dada a possibilidade de existir uma estrutura fatorial diferente da encontrada para a Escala de Crenças sobre Violência, é importante conduzir novos estudos e análises para a sua confirmação.

Assim parece-nos pertinente que as temáticas abordadas no presente estudo continuem a ser analisadas e desenvolvidas em novas investigações, onde será pertinente também incluir novas variáveis para além das utilizadas neste estudo.

Bibliografia

- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo - Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6 (1), 105-120.
- Alexander, P. C. (1993). The differential effects of abuse characteristics and attachment in the prediction of long term effects of sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 8, 346- 362.
- Anderson, C. A. & Bushman, B. J. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, 53, 27-51.
- Anderson, H. & Saunders, D. G. (2003). Leaving an abusive partner: An empirical review of predictors, the process of leaving and psychological well-being, Trauma, Violence and Abuse, 4(2), 163-191.
- APAV (2010). O contributo da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para o Plano Nacional de Saúde 2011-2016.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (1998). *Manual de Procedimentos*. Lisboa, APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011). Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir. In APAV (Ed.), *Violência no Namoro*, 85-107.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2012). Tipos de Violência. Disponível em <http://apav.pt>.
- Banyard, V. L.; Arnold, S. & Smith, J. (2000). Childhood sexual abuse and dating experiences of undergraduate woman. In: *Child Maltreatment*, 5(1), 39-48.
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito Conjugal: Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268.
- Berry, B. D. (2000). *The domestic violence sourcebook: Everything you need to know*. Los Angeles: Lowel House.
- Bertoldo, R. B. & Barbará, A. (2006). Representação social do namoro: a intimidade na visão

dos jovens. *Psico-USF*, 11(2), 229-237.

- Boas, A., Dessen, M. & Melchiori, A. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2).
- Bourdieu, P. (2007). *A Dominação Masculina* (2ª ed ed.). (M. Kuhner, Trad.) Bertrand Brasil.
- Bolze, S. D. A. (2011). *A relação entre engajamento paterno e qualidade de relacionamento conjugal de pais com crianças de 4 a 6 anos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modelling with AMOS: Basic concepts, applications and programming* (2nd ed.). New York: Routledge.
- Caridade, S. (2008). *Violência nas relações de intimidade: comportamentos e atitudes dos jovens*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.
- Caridade, S. (2011). *Vivências Íntimas Violentas, Uma Abordagem Científica*. Coimbra: Edições Almedina.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. *Análise psicológica*, 4(XXIV), 485-493.
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). *Violência Sexual no Namoro: Relevância da Prevenção*. *Psicologia*, 1(XII), 77-104.
- Caridade, S., & Machado, C. (2012). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113.
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 1(XXVII), 91-113.
- Caridade, S., Machado, C., & Vaz, F. (2007). Violência no namoro: estudo exploratório em jovens estudantes. *Psychologica*, 46, 197-214.
- Christens, B. D. (2012). Toward psychological empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 50(1-2), 114-128.

- Cohen, J., Cohen, P., West, S., & Aiken, L. (2003). *Applied Multiple Regression/Correlation Analysis for the Behavioral Sciences* (Third ed.). London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Collins, V. E. & Carmody, D. C. (2011). Deadly Love: Images of Dating Violence in the “Twilight Saga”. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, 4(26), 382-394.
- Colman, R. A. & Widom, C. S. (2004). Childhood abuse and neglect and adult intimate relationships: a prospective study. *Child Abuse & Neglect*, 28, 1133-1151.
- Cortez, M. e Souza, L. (2008). Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 171-180.
- Costa, A. (2000). *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.
- Costa, M. E. & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Âmbar.
- Crittenden, P. M., Partridges, M. F. & Claussen, A. H. (1991). Family patterns of relationship in normative and dysfunctional families. *Development and Psychopathology*, 3, 491-512.
- Cupach, W.R. (2000). Advancing understanding about relational conflict. *Journal of Social and Personal Relationships*, 17, 697-703. SAGE Publications.
- DeCicco J., Laschinger H.K.S. & Kerr M. (2006) Perceptions of empowerment and respect. Effect on nurses’ organizational commitment in nursing homes. *Journal of Gerontological Nursing* 32(5), 49-56.
- Delsol, C. & Margolin, G. (2004). The role of family-of-origin violence in men’s marital violence perpetration. *Clinical Psychology Review*, 24, 99-122.
- Dennison, R. P., Koerner, S. S. & Segrin, C. (2014). Dyadic Examination of Family-of- Origin Influence on Newlyweds’ Marital Satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 28(3), 429-435. American Psychological Association.
- Deutsch, M. and Coleman, P. (2000) *The handbook of conflict resolution: Theory and practice*. San Francisco: Jossey-Bass.

- Dias, M. I. (2004). *Violência na família: uma abordagem sociológica*. Afrontamento: Porto.
- Diniz, G. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*, 11-26. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Duarte, A. P., & Lima, M. L. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses. *Psychologica*, 43, 105-124.
- Eagly, A.H. & Steffen, V. J. (1986). Gender and aggressive behavior: A meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin*, 100, 309- 330.
- Eswaran, M., & Malhotra, N. (2009). Domestic Violence and Women's Autonomy: Evidence from India. *Canadian Journal of Economics*
- Falcke, D., Wagner, A. & Mosmann, C. (2013). Estratégias de resolução de conflito e violência conjugal. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 159-176. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fernandes, G. (2010). *A conflitualidade nas relações conjugais: um estudo exploratório no percurso casamento: recasamento* (Tese de mestrado), Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade do Porto, Porto.
- Fetterman, D., & Wandersman, A. (2004). Empowerment evaluation principles in practice. New York: The Guilford Press.
- Figueiredo, B. (1998a). Maus tratos à criança e ao adolescente (I): Situação e enquadramento da problemática. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 5-20.
- Figueiredo, B. (1998b). Maus tratos à criança e ao adolescente (II): Considerações a respeito do impacto desenvolvimental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 197-216.
- Fisher, R.J. (1990) *The social psychology of intergroup and international conflict resolution*. New York: Springer.
- Galego, C. (2004) *Violência nas escolas: Representação social dos mass media*. Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia.
- Gottman, J. M., & Silver, N. (2000). *Sete princípios para o casamento dar certo*. Rio de Janeiro: Objetiva.

- Gottman, J. M. (2014). *What predicts divorce? The relationship between marital processes and marital outcomes*. New York: Psychology Press.
- Gover, A., Kaukinen, C., & Fox, K., (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence, 23*(12), 1667-1693.
- Hair, J., Anderson, R., Tatham, R., & Black, W. (2005). *Análise Multivariada de Dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Hair, J., Black, W. C., Babin, B.J., Anderson, R. E. & Tatham, R.L. (2009). *Multivariate data analysis* (7th ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Education.
- Hakli, R. (2006). Group beliefs and the distinction between belief and acceptance. *Cognitive Systems Research, 7*, 286-297.
- Hanada, H., D'Oliveira, A., Schraiber, L. (2008). Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência Fazendo Gênero 8. *Corpo, Violência e Poder*.
- Hur, M. H. (2006). Empowerment in terms of theoretical perspectives: Exploring a typology of the process and components across disciplines. *Journal of Community Psychology, 34*(5), 523-540.
- Jorge-Monteiro, M. F. & Ornelas, J. H. (2014). Properties of the Portuguese version of the empowerment scale with mental health organization users. *International Journal of Mental Health Systems, 8*(48).
- Jouriles, E., Platt, C., & McDonald, R. (2009). Violence in adolescent dating relationships. *The Prevention Researcher, 16*(1), 3-7.
- Kaura, S. A. & Allen, C. M. (2003). Dissatisfaction with relationships power and dating violence perpetration by men and women. *Journal of Interpersonal Violence, 19*, 576-588.
- Kaura, S. A. & Lohman, B. J. (2007). Dating Violence Victimization, Relationship Satisfaction, Mental Health Problems, and Acceptability of Violence: A Comparison of Men and Women. *Journal of Family Violence, 22*, 367-381.
- Kieffer, C. H. (1984). Citizen Empowerment: A Developmental Perspective. *Prevention in Human Services, 3*(2/3), 9-36.

- Kline, R. (2011). *Principles and Practice of Structural Equation Modeling*. New York - London: The Guilford Press.
- Knol, J., & van Linge, R. (2009). Innovative behaviour: The effect of structural and psychological empowerment on nurses. *Journal of Advanced Nursing*, 65(2), 359-370.
- Luthra, R. & Gidycz, C. A. (2006). Dating violence among college men and women: evaluation of a theoretical model. *Journal of Interpersonal Violence*, 21, 717-731.
- Lourenço, N. & Carvalho, M. J. L. (2001). Violência doméstica: conceitos e âmbitos. Tipos e espaços de violência. *Separata. Themis*. Revista da Faculdade de Direito da UNL. Ano II, no3.
- Lichter, E. L. & McCloskey, L. A. (2004). The Effects of Childhood Exposure to Marital Violence on Adolescent Gender-Roles Beliefs and Dating Violence. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 344-357.
- Laschinger, H., Finegan, J., Shamian, J., & Wilk, P. (2001). Impact of Structural and Psychological Empowerment on Job Strain in Nursing Work Settings: Expanding Kanter's Model. *Journal of Advanced Nursing*, 31(5), 260-272.
- Laschinger, H. K. S., Finegan, J., Shamian, J., & Wilk, P. (2003). Workplace empowerment as a predictor of nurse burnout in restructured healthcare settings. *Hospital Quarterly*, 6(4), 2-11.
- Laschinger, H.K.S., & Leiter, M.P. (2006). The impact of nursing work environments on patient safety outcomes: The mediating role of burnout/engagement. *Journal of Nursing Administration*, 36(5), 259- 267.
- Leggett, D. G., Roberts-Pittman, B., Byczek, S., & Morse, D. T. (2012). Cooperation, contact, and marital satisfaction: Bridging theory, research, and practice. *The Journal of Individual Psychology*, 68(2), 182-199.
- Machado, C., (2010). *Crenças e Representações Sociais dos Adolescentes sobre a Violência Interpessoal*. Tese de Mestrado não publicada. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas:

comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.

Machado, C., Matos, M. & Gonçalves, M. M. (2006). *Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C) e Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)*. Universidade do Minho.

Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in Juvenile Dating Relationships Self-Reported Prevalence and Attitudes in a Portuguese Sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52.

Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para intervir, guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança*. Lisboa: Sersilito, Empresa Gráfica, Lda.

Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software e aplicações*. Pêro Pinheiro: Report Number.

Mars, T. & Valdez, A. M. (2007). Adolescent Dating Violence: Understanding What Is “At Risk?” *Journal of Emergency Nursing*, 33, 492-494.

Maton, K. I. (2008). Empowering community settings: Agents of individual development, community betterment, and positive social change. *American Journal of Community Psychology*, 41, 4-21.

Maton, K. I., & Salem, D. A. (1995). Organizational characteristics of empowering community settings: A multiple case study approach. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 631-656.

Matos, M. (2000). *Violência conjugal: o processo de construção da identidade da mulher*. Dissertação de candidatura ao grau de mestre em Psicologia, na especialidade de Psicologia da Justiça. Braga: Universidade do Minho.

Matos, P. (2006). Relações românticas em adolescentes. *Psychologica*, 41, 9-24.

Matos, M., Machado, C., Caridade, S. & Silva, M. J. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(1), 55-75.

McCoy, K. E., Cummings, M. & Davies, P. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50(3), 270-279.

- Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica, *2000*, 3219-3230.
- Miller, L. (2011). Physical abuse in a college setting: a study of perceptions and participation in abusive dating relationships. *Journal of Family Violence*, *26*, 71-80.
- Mosedale, S. (2005). Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework. *Journal of International Development*, *17*(2), 243-257.
- Mosmann, C. & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *SPAGESP*, *12*(2).
- Nascimento, F. S. (2009). *Namoro e Violência: um estudo sobre amor, namoro e violência, entre jovens de grupos populares e camadas médias*. Tese de Mestrado não publicada. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Neves, A. S. A. (2003). Amor, Poder e Violência(s) contra as mulheres: a importância do gênero nas relações íntimas. *Psicologia: Teoria, Investigação e prática*, *8*(1), 133-144.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violência na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, *36*, 13-33.
- Neves, T. (2008). *Entre educativo e penitenciário: Etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Oliveira, A. & Manita, C. (2003). Prostituição, violência e vitimação. In: Machado, C. & Gonçalves, R. A. (Coord.). *Violência e Vítimas de Crimes. 1 - Adultos*. Coimbra, Quarteto Editora, 213-239.
- Oliveira, M., Sani, A. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, *6*, 162-170. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Organização Mundial de Saúde (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: OMS.
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde &*

- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). *Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses*. *Psychologica*, 36, 75-107. Braga: Departamento de Psicologia da Universidade do Minho.
- Pais-Ribeiro, J. (2010). *Investigação e Avaliação em Psicologia e Saúde* (2ª ed.). Lisboa: Placebo, Editora LDA.
- Paleari, F. G., Regalia, C. & Fincham, F. D. (2010). Forgiveness and Conflict Resolution in Close Relationships: Within and Cross Partner Effects. *Universitas Psychologica*, 9(1), 35-56.
- Pallant, J. (2003). *SPSS Survival Manual*. Philadelphia: Open University Press.
- Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M. C. (2009). For richer, for poorer: Money as a topic of marital conflict in the home. *Family Relations*, 58, 91-103.
- Perry, A. R., & Fromuth, M, E. (2005). Courtship violence using couple data. Characteristics and perceptions. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1078-1095.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. (2005). *Descobrimos a Regressão com a complementaridade do SPSS* (1ª Edição). Lisboa: Edições Sílabo.
- Peterson, R. (1994). A Meta-Analysis of Cronbach's Coefficient Alpha. *Journal of Consumer Research*, 21(2), 381-391.
- Pituch, K., & Stevens, J. (2016). *Applied Multivariate Statistics for the Social Sciences Analyses with SAS and IBM's SPSS* (Sixth ed.). New York: Routledge.
- Radday, A., & Stanzler, C. (2011). Empowering victims of Domestic Violence. *Social Issue Report*.
- Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: A social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, 9(1), 1-25.
- Rappaport, J. (1984). Studies in Empowerment: Introduction to the Issue. In J. Rappaport, C. Swift, & R. Hess (Eds.), *Studies in Empowerment Steps toward understanding and action*, 1-7. New York: Haworth Press.

- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(2), 121-148.
- Ribeiro, M. & Sani A. (2008). Crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Rogers, E., Chamberlin, J., Ellison, M.L. & Crean, T. (1997). A consumer-constructed scale to measure empowerment among users of mental health services. *Psychiatr Serv*, 48(8), 1042-1047.
- Russell, M. & Light, L. (2006). Police and Victim Perspectives on Empowerment of Domestic Violence Victims. *Police Quarterly*, 9, 375-396.
- Sani, A. (2003). *As crenças, o discurso e a ação: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de candidatura ao grau de doutor em Psicologia, na especialidade de Psicologia da Justiça. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Schoebi, D., Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (2012). Stability and change in the first 10 years of marriage: Does commitment confer benefits beyond the effects of satisfaction? *Journal of Personality and Social Psychology*, 102, 729-742.
- Shorey, R. C., Cornelius, T. L. & Bell, K. M. (2008). A critical review of theoretical frameworks for dating violence: Comparing the dating and marital fields. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 185-194.
- South, J., & Woodall, J. (2010). Empowerment and Health & Well - being: Evidence summary. Leeds: Centre for Health Promotion Research - Metropolitan University.
- Spreitzer, G. (2008). Taking Stock: A Review of More Than Twenty Years of Research on Empowerment at Work. In J. Barling, & C. Cooper, *The SAGE Handbook of Organizational Behavior* 1, 54-72. Londres: SAGE Publications.
- Stang, I., & Mittelmark, M.B. (2010). Intervention to enhance empowerment in breast cancer self - help groups. *Nursing Inquiry*, 17(1), 46-56.
- Stewart, J., McNulty, R., Griffin, M., & Fitzpatrick, J. (2010). Psychological empowerment and structural empowerment among nurse practitioners. *Journal of the American*

- Straus, M. A. (2004). Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. *Violence Against Women, 10*(7), 790-811.
- Symoens, S., Colman, E. & Bracke, P. (2014). Divorce, conflict, and mental health: how the quality of intimate relationships is linked to post-divorce well-being. *Journal of Applied Social Psychology, 44*, 220-233. Wiley Periodicals, Inc.
- Theriot, M.T. (2008). Conceptual and methodological considerations for assessment and prevention of adolescent dating violence and stalking at school. *Children & Schools, 30*(4), 223-233.
- Toscano, S. E. (2007). A grounded theory of female adolescents' dating experiences and factors influencing safety: the dynamics of the Circle. *BMC Nursing, 6*(7).
- Trickett, E. J. (1994). Human diversity and community psychology: Ehere ecology and empowerment meet. *American Journal of Community Psychology, 22*(4), 583-592.
- Tuval, R., & Shulman, S. (2006). Resolution of disagreements between romantic partners, among adolescents, and young adults: Qualitative analysis of interaction disclosures. *Journal of research on adolescence, 16*(4), 561-588.
- Ventura, M., Frederico-Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência, 11*, 95-103.
- Wekerle, C. & Wolfe, D. (1998). The role of child maltreatment and attachment style in adolescent relationship violence. *Development and Psychopathology, 10*, 571-586.
- Wheeler, L. A., updegraff, K. A., & Thayer, S. M. (2010). Conflict resolution in mexican-origin couples: Culture, gender, and marital quality. *Journal of Marriage and Family, 72*, 991-1005.
- Whitton, S. W., Waldinger, R. J., Schulz, M. S., Allen, J. P. Crowell, J. A. & Hauser, S. T. (2011). Prospective associations from family-of-origin interactions to adult marital interactions and relationship adjustment. *Journal of Family Psychology, 22*(2), 274-286.
- Wingood, G. M., DiClemente, R. J., McCree, D. H., Harrington, K. & Davies, S. L. (2001). Dating

Violence and the Sexual Health of Black Adolescent Females. *Pediatrics*, 107(5).

Zimmerman, M. A. (1990). Taking aim on empowerment research: On the distinction between individual and psychological conceptions. *American Journal of Community Psychology*, 18(1), 169-177.

Zimmerman, M. A. (1995). Psychological empowerment: Issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 581-598.

Zimmerman, M. A. (2000). Empowerment theory: Psychological, organizational and community levels of analysis. In Julian Rappaport & Edward Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology*, 43-63. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

Anexos

